



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem como **objeto aquisição de combustível tipo óleo diesel S10**, conforme especificações descritas neste termo de referência.

### 2. DA JUSTIFICATIVA

Justificamos o fornecimento destes serviços para suprir as necessidades da frota do Município de Coronel Domingos Soares – PR, para fornecimento de forma fracionada no pátio do Departamento de Infraestrutura e Engenharia em tanque próprio com capacidade de estocagem de 5 mil litros.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

As especificações e os quantitativos a serem adquiridos são:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Óleo Diesel S10 1102	250.000	Litros	R\$ 7,05	R\$ 1.762.500,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 1.762.500,00</b>

### 4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo fiscal técnico Jorge Brescovites Sobrinho e fiscal geral Glenio José Maito.

### 5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total estimado aproximado para aquisição é de R\$ **1.762.500,00**

### 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### Ação Social:

08.244.0006.2027  
000  
08.244.0006.2033  
940  
08.244.0006.2035  
000/940



**Saúde:**

Bloco: 10.301.0005.2024

Fonte: 494e 303

A destinação de dotação orçamentária dos demais departamentos ficará a critério do Departamento de Contabilidade.

**7. DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

O período de execução será de 24 meses e a vigência será de 60 meses.

Coronel Domingos Soares- Paraná, 18 de Maio de 2022.

**Jorge Brescovites Sobrinho**  
Fiscal do Departamento de Infraestrutura e Engenharia


**Ronei de Moraes Bueno**  
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Engenharia

**Glenio José Maite**  
Fiscal Geral  
Portaria 0161/2021

A Comissão de Licitação da Prefeitura de Cel Dom Soares-PR

**COTAÇÃO DE VALORES**

Razão Social	TRR GILIOLI LTDA			
CNPJ	00.619.380/0001-47			
I.E:	253.079.292			
Endereço	Rodovia SC 155 Km 19 Bairro Santa Luzia Abelardo Luz - SC			
Telefone/Fax	49 3445 4058			
E-mail	trr@grupogilioli.com.br			
Responsável	HENRIQUE GILIOLI			
Prazo de entrega	3 dias (72 hrs)			
Validade da Proposta	2 (dois) dias			
Dados bancários	Conta nº 20.854-0 Agência nº 3076 Banco: 756 SICOOB Cidade e Estado: Abelardo Luz - SC			
Valor Global da proposta	Nos propomos a fornecer os itens abaixo discriminados pela importância total de R\$ 1.716.250,00 (Um milhão setecentos e dezesseis mil e duzentos e cinquenta reais), na seguinte proporção:			
Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário
01	Óleo Diesel Tipo S-10	Litros	250.000 litros	6,865
Declaro que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e demais ônus que porventura possam recair sobre o aperfeiçoamento do objeto.				
Observações:				
Local e data: Abelardo Luz – SC, 17 de Maio de 2022				

  
 TRR GILIOLI LTDA  
 SOCIA GERENTE  
 TELMA SGARBOSSA GILIOLI





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>00.619.380/0001-47</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>26/05/1995</b>
NOME EMPRESARIAL <b>TRR GILIOLI LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>TRR GILIOLI</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>46.81-8-02 - Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>ROD SC 155, KM 19</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>89.830-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SANTA LUZIA</b>	MUNICÍPIO <b>ABELARDO LUZ</b>
		JF <b>SC</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(49) 3445-4128</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/08/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/05/2022 às 08:57:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

005

## COTAÇÃO DE PREÇOS –Nº XX/ 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a **aquisição de combustível tipo óleo diesel S10.**

<b>Razão Social:</b> Bolzan & Cia Ltda	<b>Banco:</b> 198	<b>Agência:</b> 0737	<b>Conta:</b> 1630-7
<b>Endereço:</b> Avenida Araucária	<b>e-mail:</b> bolzaneciulda@gmail.com		
<b>Município/UF:</b> Coronel Domingos Soares - Paraná	<b>Inscrição estadual:</b>		
<b>CNPJ nº:</b> 01.306.108/0001-70	<b>Telefone:</b> (46) 3254-1131	<b>Representante legal:</b>	

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Total
01	250.000	Óleo diesel tipo S10	Litros	6,98	1.745.000,00

**R\$ Total:**

<b>Carimbo do CNPJ:</b>	<b>Data e Assinatura do representante legal:</b> 
-------------------------	--

Obs.1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST (débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;

Obs.2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00(oito mil reais);

Obs.3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.

Obs. 4: A presente cotação não se traduz em quaisquer garantias de contratações ou aquisições, podendo servir como elemento instrutor para a elaboração de processo licitatório futuro ou não.

**OBS: Favor enviar junto com a cotação o cartão CNPJ.**

01.306 108/0001-70

BOLZAN & CIA. LTDA.

Av. Araucária, s/nº

85.557-000 Cel. Domingos Soares Pr.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.306.108/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/07/1996
NOME EMPRESARIAL BOLZAN & CIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POSTO DO RETIRO		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV ARAUCARIA	NÚMERO 3260	COMPLEMENTO *****
CEP 85.557-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORONEL DOMINGOS SOARES
		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO BOLZANECIALTDA@GMAIL.COM	TELEFONE (46) 3254-1131	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/05/2022 às 08:53:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

007

## COTAÇÃO DE PREÇOS – Nº XX/ 2021

Solicitamos a gentileza de cotar os objetos abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a **aquisição de combustível tipo óleo diesel S10.**

<b>Razão Social:</b> leom comércio de combustíveis	<b>Banco:</b>	<b>Agência:</b>	<b>Conta:</b>
<b>Endereço:</b> R. Bento Munhoz da Rocha Neto	<b>e-mail:</b> leoma@passaro.com.br		
<b>Município/UF:</b> Palmas - Tocantins	<b>Inscrição estadual:</b>		
<b>CNPJ nº:</b> 04.195.621/0001-29	<b>Telefone:</b>	<b>Representante legal:</b>	

Item	Qtd.	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Total
01	250.000	Óleo diesel tipo S10	Litros	7,31	1.827.500

**R\$ Total:**

<b>Carimbo do CNPJ:</b>	<b>Data e Assinatura do representante legal:</b>  LEOM - COM. COMBUSTÍVEIS LTDA.
-------------------------	--

Obs.1: A regularidade fiscal do proponente junto ao FGTS, Receita Federal e TST (débitos trabalhistas) é indispensável para quaisquer contratações bem como apresentação de documento de constituição da pessoa jurídica;

Obs.2: Para fins de dispensa de licitação para compras e demais serviços têm-se por base o importe máximo de 10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da lei 8.666/93, ou seja, R\$ 8.000,00(oito mil reais);

Obs.3: Em caso de contratação os fornecimentos só se darão mediante apresentação da necessária requisição ou ordem de serviço emitida por esta prefeitura através de seus diretores de departamento.

Obs. 4: A presente cotação não se traduz em quaisquer garantias de contratações ou aquisições, podendo servir como elemento instrutor para a elaboração de processo licitatório futuro ou não.

**OBS: Favor enviar junto com a cotação o cartão CNPJ.**





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.195.621/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/12/2000
NOME EMPRESARIAL LEOM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS - EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) POSTO MECAUTO	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 56.11-2-01 - Restaurantes e similares 47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência 45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári		
LOGRADOURO R. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO,	NÚMERO 94	COMPLEMENTO *****
CEP 85.555-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PALMAS
UF PR	ENDEREÇO ELETRÔNICO dama@proserv.com.br	
TELEFONE (046) 2625-050		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/05/2022 às 08:50:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ**

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE**



009

**MEMORANDO INTERNO 148/2022**

**Do: Departamento Municipal de Saúde**

**Para: Glenio José Maito – Diretor do Departamento Municipal de Administração**

**Assunto: Dotação Orçamentária para a aquisição de Óleo Diesel do tipo S10**

Prezados Senhores;

Através deste informamos abaixo a dotação orçamentária para a aquisição de Óleo Diesel do tipo S10 para os veículos do Departamento Municipal de Saúde:

Bloco: 10.301.0005.2024

Fonte: 494 e 303

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**Marly Bevilacqua Maito**  
Diretora do Departamento Municipal de Saúde  
Portaria nº 002/2021

Coronel Domingos Soares Pr., 18 de maio de 2022.



**PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ  
Departamento Municipal de Ação Social**



010

Memorando Interno 068/2022

Coronel Domingos Soares Pr., 18 de maio de 2022

Aos Cuidados  
Glênio José Maito  
Diretor do Departamento de Administração

**Assunto:** Memorando interno

Prezado Senhor,

Venho por meio deste informar dotação orçamentária em resposta aos memorandos recebidos no dia 18 de maio de 2022.

**Processo licitatório para gasolina**

08.244.0006.2027 - 000  
08.244.0006.6028 - 000  
08.244.0006.2033 - 940  
08.244.0006.2035 – 940 / 000

**Processo licitatório para óleo diesel S10**

08.244.0006.2027 - 000  
08.244.0006.2033 - 940  
08.244.0006.2035 – 940 / 000

Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**Angelica Graeff Catapan**  
Diretora do Departamento de Ação Social  
Portaria 010/2021





## PARECER PRÉVIO 70/2022

**Origem:** Departamento de Controle Interno

**Destinatário:** Departamento de Infraestrutura e Engenharia.

**Assunto:** Pregão eletrônico para aquisição de combustível tipo óleo Diesel S10.

Venho por meio deste, informar a este setor, que para fins de averiguação e controle foi analisado a justificativa, e demais documentações pertinentes e todas as informações estão em conformidade com o objeto. Desta feita retomem-se a esse departamento e siga para as demais tramitações.

Ademais, qualquer dúvida nos encontramos à disposição.

Coronel Domingos Soares-PR, 24 de maio de 2022.

Atenciosamente

---

Dirlei de Lima  
Controle Interno



**PARECER CONTABIL**

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto: Aquisição de combustível tipo Diesel S10, são os seguintes:

**Dotações:**

**02 – Assessoramento**

**001 Assessoria de Gabinete**

04.122.0002.2002 Atividades de Assessoria de Gabinete

Conta de despesa 120 fonte de recurso 000

04.122.0002.2003 Atividades do Gabinete do Prefeito

Conta de despesa 180 fonte de recurso 000

**06 Departamento de Ação Social**

**001 Departamento de Ação Social**

08.244.0006.2027 – Manutenção das Atividades do Departamento de Ação Social

Conta de despesa 2270 fonte de recurso 000

08.244.0006.6028 Manutenção do Conselho Tutelar

Conta de despesa 2350 fonte de recurso 000

**003 Fundo de Assistência Social**

08.244.0006.2033 Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família

Conta de despesa 2620 fonte de recurso 940

08.244.0006.2035 Proteção Social Básica

Conta de despesa 2700 fonte de recurso 000

Conta de despesa 2715 fonte de recurso 940

**05 Fundo Municipal de Saúde**

**001 Departamento de Saúde**

10.301.0005.2020 Manutenção da Atenção Primária à Saúde

Conta de despesa 1400 fonte de recurso 303

Conta de despesa 1410 fonte de recurso 494

10.304.0005.2023 Manutenção do Programa Vigilância em Saúde

Conta de despesa 1840 fonte de recurso 000

Conta de despesa 1850 fonte de recurso 494



002 Assessoria Gerencial de Saúde

10.301.0005.2024 Manutenção da Gestão em saúde

Conta de despesa 2010 fonte de recurso 494

07 Departamento de Educação

001 Departamento de Educação

12.361.0007.2040 Manutenção das Atividades do Departamento de Educação

Conta de despesa - 3170– fonte de recurso 103

Conta de despesa - 3180– fonte de recurso 104

002 Assessoria Educacional

12.361.0007.2042 Atividades de Assessoria Educacional

Conta de despesa - 3340– fonte de recurso 103

003 Divisão de Ensino Fundamental

12.361.0007.2043 Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Conta de despesa - 3430– fonte de recurso 504

08 – Departamento de Infraestrutura e Engenharia

001 – Departamento de Infraestrutura e Engenharia

15.451.0010.2054 – Manutenção das Atividades do Departamento de Infraestrutura e Engenharia

Conta de despesa - 4440– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4450– fonte de recurso 504

26.782.0010.1018 – Readequação de Estradas Rurais

Conta de despesa - 4680– fonte de recurso 000

Conta de despesa - 4690– fonte de recurso 504

003 – Assessoria de Infraestrutura

15.451.0010.2056 – Atividades de Assessoria de Infraestrutura

Conta de despesa - 4890– fonte de recurso 504

004 – Divisão de obras e urbanismo

15.451.0010.2057 – Manutenção das Atividades da Divisão de obras e urbanismo

Conta de despesa - 4990– fonte de recurso 504

008 – Divisão de serviços rodoviários, urbanos e rurais

15.452.0010.2062 – Manutenção das Atividades da Divisão de serviços rodoviários, urbanos e rurais

Conta de despesa - 5260– fonte de recurso 504

Conta de despesa - 5270– fonte de recurso 511

Conta de despesa - 5280– fonte de recurso 512

10 – Departamento de Agricultura





002 – Divisão de Agricultura e Fomento

20.606.0011.2069 – Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura e Fomento

Conta de despesa - 5820 – fonte de recurso 000

003 – Divisão de Pecuária

20.609.2001.2080 – Manutenção das Atividades da Divisão de Pecuária

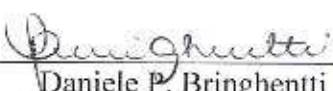
Conta de despesa - 5900 – fonte de recurso 000

33.90.30.00.00 – Material de consumo

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 24 de maio de 2022.

  
Daniele P. Brighenti  
Contadora CRC PR-047272/O-2



**Parecer de Licitação 71/2022**

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Eletrônico referente a aquisição de combustível tipo óleo Diesel S10.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
4. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

5. Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto: A aquisição de combustível tipo óleo Diesel S10. Limitado ao teto máximo de R\$ 1.762.500,00 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Infraestrutura e Engenharia.

Coronel Domingos Soares, 24 de maio de 2022.

**Jandir Bandiera**  
**Prefeito Municipal**





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

016

**PROCESSO Nº. 69/2022**  
**PREGÃO Nº. 36/2022 - ELETRÔNICO**

**EDITAL**

Objeto: "Aquisição de combustível tipo Diesel S10 "

**IMPORTANTE:**

**ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08:00 do dia 13/06/2022.**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 do dia 13/06/2022.**

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: e-mail: [licitapmcds@hotmail.com](mailto:licitapmcds@hotmail.com)

Fone/Fax: (46) 3254-1166

Horário de expediente: das 8:00h às 12h e das 13:30 as 17:00 em dias úteis.

Integram este edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

Anexo I - Termo de Referência – "objeto detalhado";

Anexo II - Modelo de Declaração de "inexistência de fatos impeditivos";

Anexo III - Modelo de Declaração "que cumpre plenamente os requisitos habilitatórios";

Anexo IV - Modelo de Declaração de que o proponente "não possui empregados menores de 18 anos";

Anexo V – Declaração de ME ou EPP(opcional);

Anexo VI – inexigível para este certame;

Anexo VII - Modelo de Carta-Proposta para fornecimento do objeto;

Anexo VIII - Minuta do Contrato;

Anexo IX - declaração CNAE; e,

Anexo X - declaração de inexistência de vínculo funcional.

**O MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR**, através do Diário Oficial do Estado do Paraná-DIOE e Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais normas correlatas e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO- Por item**, para a aquisição dos objetos descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**1.DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação, sendo vedada à participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto pretendido pela administração.

**1.2.** Os documentos referentes às **propostas comerciais** e aos **anexos** das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até **13/06/2022 às 08:00**, no site **[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**.

**1.3.** A abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, para disputa de preços, ocorrerá **13/06/2022 às 08:30**, no site **[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**, nos termos das condições descritas neste Edital.

**1.4.** É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 5.450/05, art. 24, § 5º).

**1.5.** Qualquer pessoa, devidamente qualificada(nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica), poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas (artigo 12 do anexo "I" ao Decreto 3.555/00, de 08 de agosto de 2.000), no endereço discriminado no preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.





1.6. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.7. Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente edital.

## **2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

IV - Em Recuperação Judicial, concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

V - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

VI - Estrangeiras que não funcionem no país.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site **www.licitacoes-e.com.br**.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cel. Domingos Soares - PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Quando da participação das microempresas e empresa de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

## **4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

4.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no original ou cópia devidamente autenticada em cartório ou pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, a seguinte documentação:

### **4.1.1. Habilitação Jurídica:**

a) Requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **4.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, retirado via internet no máximo 90 (noventa) dias antes da data de abertura deste, de acordo com a Instrução Normativa da SRF nº 200 de 13 de setembro 2002;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;





*c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;*

*d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;*

*e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);*

*f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;*

**4.1.2.1.** Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame.

**4.1.2.3.** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**4.1.2.4.** Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

*a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, com validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição;*

*b) **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.*

*b.1)* As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2021.

*b.2)* Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

**4.1.4 Demais documentos**

*Documento expedido pela Junta Comercial do Estado Sede da empresa (Certidão Simplificada, informando a situação em que a empresa se enquadra (microempresas e as empresas de pequeno porte quando for o caso), atualizada deste exercício social (2022).*

*a) Declarações de (modelos em anexo a este edital):*

*- Inexistência de fatos impeditivos;*

*- Não contratação de menor;*

*- Declaração de CNAE;*

*- Declaração de vínculo funcional;*

*- Cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios; e,*

*- (opcional) Enquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme previsto no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (modelo anexo a este edital).*

*c) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através da apresentação de no mínimo um atestado e/ou certidão fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o regular fornecimento/execução do objeto que ora se propõem a fornecer/executar para o Município de Cel. Dom. Soares.*

*c.1) Se o documento for emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá a assinatura deste documento ser reconhecida em cartório, salvo em caso de ser assinatura na forma digital.*

**5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**5.1.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.





5.2. Incumbirá ainda à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preço exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até às 08:00 do dia 13/06/2022 (Horário de Brasília). Após este horário o sistema não mais permitirá a recepção de propostas sob qualquer pretexto, sendo conveniente frisar que o Município não possui autonomia técnica para, após findo o horário nesta data, absorver propostas retardatárias.

5.4. Como requisito para a participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.5. A Proposta de Preços deverá ser apresentada por meio de preenchimento da planilha existente no sistema eletrônico de licitações – licitações-e, sendo obrigatório o preenchimento dos campos "Marca", "VI Unitário" (valor unitário), "VI Total" (valor total), "Prazo de entrega" (o prazo de entrega não poderá ser superior ao constante no Termo de Referência).

5.5.1. A proposta comercial, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a Licitante.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8 Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, após o encerramento da disputa, deverá gerar sua proposta final pelo sistema "esproposta", disponibilizado junto ao edital de licitação, decorrendo daí duas obrigações para o licitante, no prazo de até 1 (um) dia útil:

a. Gerar no próprio sistema "Esproposta" arquivo em formato "pdf" sua proposta de preços final com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal.

b. Encaminhar para o e-mail [licitapmcads@hotmail.com](mailto:licitapmcads@hotmail.com) o arquivo digital em "esi" da proposta gerado pelo sistema "esproposta", bem como o arquivo em "pdf" citado na alínea "a".

5.8.1. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances, salvo, em caso de ser assinatura na forma digital.

5.6. Os valores máximos a serem dispensados para aquisição dos objetos licitados constam do rol de bens anexo ao presente edital.

5.7. Até a data e hora de início da sessão pública prevista neste Edital (ver item 5.3 anterior), a Licitante poderá acessar o sistema Licitacoes-e para retirar, alterar ou complementar a proposta formulada. A partir do início da sessão pública, não poderão ser alteradas ou retiradas as propostas formuladas.

5.8. Uma vez que a licitante seja declarada vencedora do presente pregão, esta deverá encaminhar, para o e-mail [licitapmcads@hotmail.com](mailto:licitapmcads@hotmail.com) da proposta de preços com a descrição completa do objeto ofertado, agora identificando a empresa com todos os dados, inclusive bancários (se houver) e devidamente assinada pelo seu representante legal, no prazo de 24h (vinte e quatro horas).

5.8.2. O original da proposta ou cópia autenticada da mesma deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do Município de Cel. Domingos Soares - PR, no seguinte endereço: Av Araucária, 3120, Centro, Cel. Domingos Soares - PR, CEP 85.557-000, impreterivelmente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados o encerramento da etapa de lances.

5.9. A Proposta de Preços deverá conter:





5.9.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos;

5.9.2. Preço unitário e total por item, expressos em reais;

5.9.3. Especificação clara do objeto, incluindo a MARCA e MODELO, de acordo com o Anexo I deste Edital;

5.9.4. O prazo de entrega está estabelecido no Anexo I – Termo de Referência. Caso tal prazo seja omitido, ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido;

5.9.5. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, email, número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente e praça de pagamento (se houver).

5.10. Não serão consideradas as propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitarem às especificações deste edital.

5.11. Decorrido o prazo da validade da proposta, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.12. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

5.12.1. Não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, bem como aquelas que apresentem quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital, ou preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.

5.13. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

## **6. ABERTURA DA SESSÃO**

6.1. **A partir das 08:30 do dia 13/06/2022** terá início à sessão pública deste certame, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e, após análise, início da etapa de lances, conforme Edital.

6.2. Para fins de cumprimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006, as licitantes deverão informar no início da sessão pública se estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.1. As licitantes deverão informar apenas se estão, ou não, enquadradas na condição de microempresa e empresa de pequeno porte. Portanto não poderão identificar-se pela razão social, nome fantasia ou quaisquer outras informações não pertinentes ao solicitado no item 9.2.

## **7. FORMULAÇÃO DOS LANCE**

7.1. Para o objeto licitado, haverá a disponibilização do sistema para a formulação de lances pelas Licitantes, cujos procedimentos são explicitados nos subitens a seguir, tendo por amparo legal aqueles previstos no Decreto nº 5.450/05.

7.2. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3.1. Os lances ofertados deverão possuir até 02 (duas) casas decimais após a virgula (R\$ 0,00)

7.3.2. A disputa de lances será por valor unitário de cada item, ou seja, os licitantes deverão pautar seus lances tomando por base sempre o custo de uma unidade, independente da quantidade total do item e/ou lote.

7.4. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5.1. Na etapa de lances o sistema não permite o registro de valores iguais, mas no momento do registro da proposta esta situação pode ocorrer. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, caso não tenha ocorrido lances para o item e tenha valores de propostas iguais, o mesmo ficará em





situação de empate de proposta e será necessário realizar um sorteio público para definir a ordem de classificação das propostas.

7.6. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema de fechamento iminente dos lances, sendo facultado ao Pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances (FECHAMENTO RANDÔMICO);

7.9. Ao finalizar a etapa do tempo aleatório, o sistema automaticamente avaliará se existem microempresas e/ou empresas de pequeno porte (MPEs e/ou EPPs) participando dos itens do pregão. Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que a da melhor empresa previamente classificada, desde que esta não seja uma MPE ou EPP. Terá o direito de ofertar o primeiro lance do desempate, a MPE ou EPP que estiver com o preço imediatamente abaixo da primeira empresa previamente classificada. O lance ofertado deve ser obrigatoriamente menor que o lance ofertado pela empresa previamente classificada. O fornecedor terá no máximo 5 (cinco) minutos para ofertar o lance. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima MPE ou EPP melhor classificada, desde que esta atenda aos critérios da LC 123/06.

7.10. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.11. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o detentor da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, devendo tal comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação pelo e-mail [licitapmcads@hotmail.com](mailto:licitapmcads@hotmail.com), no prazo de 24h (vinte e quatro horas), com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de INABILITAÇÃO.

7.11.1. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 4 deste Edital.

## **08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

8.1. Na análise da proposta de preços, será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.

8.3. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

8.3.1. Ocorrendo a situação a que se refere o inciso anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.4. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto no Art. 44 da lei Complementar 123/2006, em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, da seguinte forma:

8.4.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, quando o certame não for exclusivo para MEs.





- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.
- b) O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- c) A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:
- c.1) Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- c.2) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no sub-item c.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- d) No caso de empate, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, dentro do limite estabelecido no item 10.4, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, por item, sob pena de preclusão.
- 8.5. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas definidas no Edital.

## **9. DOS RECURSOS**

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação do Município, em horário normal de expediente, no endereço descrito no preâmbulo deste edital.

## **10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

- 10.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.
- 10.2. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 10.3. É facultado ao Município, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no sub-item 10.2, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

- 11.1. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto licitado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Cel Domingos Soares – PR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena.





11.2. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Município e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais.

11.3. No caso de inadimplemento, o contratado estará sujeita às seguintes penalidades:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa por atraso a cada 30 (trinta) dias, no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do contrato, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;

11.3.3. Multa, moratória simples, de 0,4% (quatro décimos por cento), na hipótese de atraso no cumprimento de suas obrigações contratuais, calculada sobre o valor da fatura;

11.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e,

11.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.3.6. A aplicação da sanção prevista no item 11.3.1, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.4. As sanções previstas nos itens 11.3.1, 11.3.4 e 11.3.5, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 11.3.2 e 11.3.3, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.5. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 11.3, reserva-se ao órgão contratante o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências cabíveis.

11.6. A segunda adjudicatória, ocorrendo a hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

11.7. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Município de Cel. Domingos Soares – PR.

## 12. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, são indicadas as seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	120	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	180	02.001.04.122.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1410	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1840	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1850	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2010	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2270	06.001.08.244.0006.2027	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2350	06.001.08.244.0006.6028	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2620	06.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2700	06.003.08.244.0006.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2715	06.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3170	07.001.12.361.0007.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3180	07.001.12.361.0007.2040	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3340	07.002.12.361.0007.2042	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3410	07.003.12.361.0007.2043	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

024

2022	3420	07.003.12.361.0007.2043	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3430	07.003.12.361.0007.2043	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3700	07.003.12.361.0007.2046	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3710	07.003.12.361.0007.2046	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4450	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4880	08.003.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4890	08.003.15.451.0010.2056	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4980	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5250	08.008.15.452.0010.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5270	08.008.15.452.0010.2062	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5280	08.008.15.452.0010.2062	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5710	10.001.20.606.0011.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5720	10.001.20.606.0011.2068	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5820	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5830	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6750	14.003.26.782.0014.2083	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

### 13. DO CONTRATO

13.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Contrato, conforme minuta constante no Anexo VIII.

13.2. O contrato, que obedecerá as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, estará vinculado integralmente à este instrumento, implicando na obrigatoriedade da licitante vencedora em cumprir todas as obrigações e condições de fornecimento especificadas neste Edital e seus Anexos.

13.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

### 14. DO REAJUSTE

14.1 Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

14.1.1 Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela Contratada através de termo formal, devidamente justificado, juntamente com as comprovações fiscais, devidamente protocolado junto à Contratante, para eventual concessão do mesmo.

14.1.2 O prazo para a apreciação e emissão de decisão do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

14.1.3 A Contratada deverá continuar fornecendo o produto, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor atual, sem prejuízos a Contratante, sendo que qualquer alterações de valores somente poderão ser aperfeiçoadas após a data de publicação do Termo Aditivo.

14.2 Eventuais reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.





### **15. DO FORNECIMENTO, LOCAL E EXIGÊNCIAS DE ENTREGA**

A entrega do objeto deverá ocorrer até **05 dias** após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, sendo o mesmo solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

15.1. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s), no pátio de máquinas da municipalidade diretamente nos tanques de armazenamento de propriedade desta, sito a Av Araucária, sn, cidade de Coronel Domingos Soares-PR.

**15.2.1. O tanque situado no pátio de máquinas possui capacidade de armazenamento de até 5.000 litros.**

15.3. O(s) objeto(s) terá(ão) que estar acompanhado(s) da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

15.4. A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

15.5. Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

15.6. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser fornecido(s), sem ônus adicional para ao Licitador.

15.7. No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) - Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) - Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) - Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

15.9. Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93:

15.9.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

15.9.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos itens e verificação do estabelecido no item 19.8 e alíneas e consequente aceitação.

15.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

15.11. Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

15.12. No desconto ofertado deverão ser computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa contratada desta licitação.

### **16. DA GARANTIA DOS OBJETOS**

16.1. No ato de entrega do objeto ofertado, a empresa vencedora terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens considerados permanentes e de 03(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo se a descrição item dispuser de forma diferente.

16.2. A empresa vencedora se obriga a fornecer, às suas expensas, durante o período de garantia, as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação.

### **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, até o décimo quinto dia do mês subsequente aquele em que se deu a entrega e o recebimento definitivo do objeto, com a apresentação da Nota Fiscal somente Eletrônica devidamente atestada pela secretaria;





17.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões de sua regularidade fiscal, (FGTS, TRABALHISTA, RECEITAS ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

17.3. Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.4. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados, ou seja, anterior a entrega do objeto e os atos administrativos daí decorrentes.

#### **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

18.1. O(s) objeto(s) ora licitado(s) será(ão) recebido(s) e inspecionado(s) pela direção do departamento municipal requisitante do objeto, que acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

18.2. Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

#### **19. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

19.1. Conforme previsto no art. 18 do Decreto 5.450/05, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa devidamente qualificada (nome completo, endereço, e documento de identificação ou dados equivalentes para pessoa jurídica) poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na Comissão Permanente de Licitação do Município, sito à Av Araucária, 3120, Centro, Cel Domingos Soares - PR, em dias úteis, ou ainda, por meio eletrônico, através do email [licitapmcds@hotmail.com](mailto:licitapmcds@hotmail.com), no prazo mencionado.

19.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24h (vinte e quatro horas), conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº 3.555/2000;

19.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

19.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

19.5. As decisões decorrentes de impugnações serão publicadas no diário oficial eletrônico do Município, o DIOEMS.

#### **20. DO GESTOR DO CONTRATO**

20.1. Fica designado para atuar como gestor e fiscal do contrato, após a assinatura deste, o diretor do Departamento requisitante, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;





c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **22. DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. O Município de Coronel Domingos Soares poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

22.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.5. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Municípios-DIOEMS.

22.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

22.9. A participação do(a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

028

22.10. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital nos moldes já descritos neste edital.

22.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Palmas - PR.

Cel. Domingos Soares, 24/05/2022.

**Jandir Bandiera**  
**Prefeito Municipal**





**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO** "Aquisição de combustível tipo Diesel S10", conforme abaixo descrito:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	1102	ÓLEO DIESEL TIPO S10	250.000,00	LITRO	7,05	1.762.500,00
TOTAL						1.762.500,00

- 1.1 A licitante vencedora, deverá enviar ao pregoeiro sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a finalização do certame, através do email: [licitapmcds@hotmail.com](mailto:licitapmcds@hotmail.com), a proposta atualizada conforme disposto no item 5.8 deste edital (apresentar junto da proposta, os "FOLDERS", ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos equipamentos/materiais ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação, quando for o caso), juntamente com a documentação de habilitação.

**2. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:**

- 2.1. O(s) objeto(s) desta licitação deverá(ão) ser entregue(s), no pátio de máquinas da municipalidade diretamente nos tanques de armazenamento de propriedade desta, sito a Av Araucaria, sn, cidade de Coronel Domingos Soares-PR, no prazo de até 05 Dias após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, podendo ser solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.
- 2.2. O prazo de vigência contratual é de 60 (sessenta) meses, e a execução é de 24 Meses contados a partir da assinatura do termo de contrato.

**RONEI DE MORAES BUENO**  
Diretor do Departamento de Infraestrutura e Engenharia



**ANEXO II - MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_ – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº. (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

031

**ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

O(A) licitante \_\_\_\_\_, com domicílio (ou sede) na  
cidade de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, endereço

através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa  
jurídica)

\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital  
de Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e,  
entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços  
oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e  
carimbada com o número do CNPJ e DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM O  
CREDENCIAMENTO, EM ENVELOPE PRÓPRIO.



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

032

**ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO DE LICITANTE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, junto ao Município de \_\_\_\_\_, que a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, não possui em seu quadro permanente de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

033

**ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ME OU EPP**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

Prezado(a) Pregoeiro (a),

\_\_\_\_\_, (nome da empresa), CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada  
em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, (endereço completo), por \_\_\_\_\_ intermédio  
de \_\_\_\_\_ seu representante legal Sr(a)

\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e  
do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, nos termos do art. 3º, da Lei  
Complementar nº 123/06, que se enquadra na situação de \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de  
pequeno porte, conforme o caso) e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de  
exclusão relacionadas no art. 3º da referida lei.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e  
carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VI – Não exigível para este certame**



**ANEXO VII - MODELO CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO**

Ao Município de Cel. Domingos Soares – Paraná

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto abaixo discriminado, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF: ENDEREÇO e TELEFONE:

2. DADOS BANCARIOS

Nome e Código do Banco:

Nome e Código da Agência:

Localidade da Agência (Cidade e Estado):

Numero da Conta Bancária:

Nome do Favorecido

OBS: O numero de conta bancaria informada deverá obrigatoriamente estar em nome da proponente.

3. CONDIÇÕES GERAIS

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO COTADO (INSERIR PLANILHA DE PREÇOS OFERECIDOS)

Deverá ser cotado, preço unitário, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, transporte, impostos, taxas etc.).

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

035

**ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO N° \_\_\_\_\_/2022**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° \_\_\_\_\_/2022 – PROCESSO N° \_\_\_\_/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 00/20 –Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 00/00/20 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ n° 01614415/0001-18, **CONTRATANTE**, representado neste ato pela Prefeita \_\_\_\_\_, de CPF n° \_\_\_\_\_ e RG n° \_\_\_\_\_(SSP/PR) em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade.

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, situado a \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, centro, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob n° \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_ com CPF sob n° \_\_\_\_\_ e RG n° \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo a: Aquisição de \_\_\_\_\_, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura,

Item	Quantidade	Unidade	Descrição

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico n° \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição total do objeto relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no [compraspmcads@gmail.com](mailto:compraspmcads@gmail.com) e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	120	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	180	02.001.04.122.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

036

2022	1410	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1840	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1850	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2010	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2270	06.001.08.244.0006.2027	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2350	06.001.08.244.0006.6028	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2620	06.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2700	06.003.08.244.0006.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2715	06.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3170	07.001.12.361.0007.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3180	07.001.12.361.0007.2040	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3340	07.002.12.361.0007.2042	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3410	07.003.12.361.0007.2043	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3420	07.003.12.361.0007.2043	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3430	07.003.12.361.0007.2043	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3700	07.003.12.361.0007.2046	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3710	07.003.12.361.0007.2046	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4450	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4880	08.003.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4890	08.003.15.451.0010.2056	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4980	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5250	08.008.15.452.0010.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5270	08.008.15.452.0010.2062	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5280	08.008.15.452.0010.2062	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5710	10.001.20.606.0011.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5720	10.001.20.606.0011.2068	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5820	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5830	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6750	14.003.26.782.0014.2083	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

O faturamento e emissão de notas fiscais deverão ocorrer conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

A entrega do objeto contratado ocorrerá no prazo de até **05 Dias** após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, sendo o mesmo solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** O objeto deverá ser entregue, no pátio de máquinas da municipalidade diretamente nos tanques de armazenamento de propriedade desta, sito a Av Araucária, sn, cidade de Coronel Domingos Soares-PR.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** A contratada se obriga entregar o objeto em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro e etc.) correrão às suas expensas.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** O objeto terá que estar acompanhado da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.  
**PARAGRAFO QUARTO:** A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) objeto(s) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

037

funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

**PARAGRAFO QUINTO:** Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

**PARAGRAFO SEXTO:** O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

**PARAGRAFO SÉTIMO:** No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) Deverá conter discriminação detalhada do objeto a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

**PARAGRAFO OITAVO:** Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93.

**PARAGRAFO NONO:** O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**PARAGRAFO DÉCIMO:** Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

**PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do objeto do presente contrato é de 60 Meses, e a execução de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022 e termino no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens tidos como permanentes e de 3(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo quando a descrição do item dispuser em edital de forma diferente.

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS**

O objeto ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável designado pelo Diretor do Departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

**PARAGRAFO ÚNICO:** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1 Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

9.1.1 Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela Contratada através de termo formal, devidamente justificado, juntamente com as comprovações fiscais, devidamente protocolado junto à Contratante, para eventual concessão do mesmo.

9.1.2 O prazo para a apreciação e emissão de decisão do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.





9.1.3 A Contratada deverá continuar fornecendo o produto, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor atual, sem prejuízos a Contratante, sendo que qualquer alterações de valores somente poderão ser aperfeiçoadas após a data de publicação do Termo Aditivo.

9.2 Eventuais reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO**

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, o fiscal técnico Jorge Brescovites Sobrinho e pelo fiscal geral Glênio Jose Maito, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.





**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- a) Advertência;
- b) Multa de:

b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.

b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.

- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice de poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

040

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado. PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,
- b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

041

**ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO CNAE**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

A empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida a \_\_\_\_\_, através do signatário da presente, o senhor (inserir a qualificação completa), representante legalmente constituído, declara sob as penas da Lei que o CNAE que representa a atividade de maior receita é \_\_\_\_\_ (código) - \_\_\_\_\_ (descrição da atividade conforme CNAE).

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.



MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

042

**ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. \_\_\_\_/2022 – PROCESSO Nº. \_\_\_\_/2022

A pessoa jurídica (*inserir nome da proponente*), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). (*inserir o nome completo*), portador(a) da carteira de identidade RG sob o nº (*inserir o número*) e do CPF sob o nº (*inserir o número*), **DECLARA**, para os fins do contido no artigo 9º, inciso III da Lei 8666/93, especialmente para o Edital de **PREGÃO Nº \_\_\_\_/2022 -PMCDs**, que não é servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Declara, para os fins do contido na Lei Orgânica do Município de Coronel Domingos Soares, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, ou seus cônjuges e companheiros, que sejam integrantes do quadro societário da empresa.

Declara, ainda, para os fins do contido na Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2745/2010 do TCE-PR, que a pessoa jurídica acima referida não possui em seus quadros, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de Coronel Domingos Soares.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.





**PARECER JURÍDICO Nº 302/2022**

**Processo Licitatório nº 69/2022 - Pregão nº 36/2022**

**Interessado: Departamento de Licitações e Compras**

**Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Pregão, seus anexos e minuta de contrato.**

Recebe este(a) Procurador(a), pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao **processo nº 069/2022**, que trata da abertura de licitação na modalidade de **pregão nº 36/2022**, em sua forma eletrônica para futura aquisição de combustível tipo óleo diesel S10 para aplicação em veículos e máquinas da frota da municipalidade.

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja "**Pregão**", em formato **eletrônico**, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

**1. Do relatório:**

O processo teve início com a requisição formulada pela direção do departamento interessado de infraestrutura e engenharia, descrevendo suas necessidades e justificando sua pretensão em seu(s) Termo(s) de Referência, alimentado com indicação de preços e orçamentos de mercado para fixação de preço médio/valor máximo do certame, cujo objeto se destina a suprir as necessidades de diversos departamentos via abastecimento de seus veículos e máquinas, mantendo, assim, suas atividades rotineiras no serviço da administração pública.

Vale ressaltar de que o processo de pregão eletrônico 026/22, construído para o mesmo objeto restou deserto de licitantes na data de 11 de maio de 2022, ensejando a instauração do presente certame para suprimento da demanda inicial que, a seu turno, sofreu alterações no quesito preço médio devido as frequentes oscilações do custo do petróleo no mercado interno e externo.

A requisição foi protocolada pelo setor de Licitações e Compras, que na sequência instruiu o processo com as informações preliminares pertinentes a toda e qualquer contratação pública, independentemente de efetivarem-se na via licitatória ou através de contratação direta.

Nessa esteira, constam dos autos: a indicação, pelo(a) contador(a) responsável, das dotações orçamentárias por onde correrão as despesas, apreciação do conteúdo pelo setor de planejamento, manifestação favorável do setor de Controle Interno bem como a determinação do Chefe do Executivo para instauração do processo de contratação.

Minutou a Pregoeira que a pretensão fosse atendida através de licitação, na modalidade "**Pregão**" pela via eletrônica, definindo, nesta esteira, que o objeto é de natureza relativamente comum, podendo ser objetivamente definido no edital, atendendo ao que dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520/02.

Consoante valor do objeto a Sra Pregoeira definiu que a participação dos licitantes **se dará de forma ampla**, consoante valores estampados no Anexo I do Edital, aliado ao fato de que o certame terá sua disputa por menor valor por item, **não incidindo** o disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e inciso I do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 01/2009, cuja peculiaridade será, também,





prevista ao inserir o certame no sistema "licitações-e" do Banco do Brasil, onde ocorrerá a operacionalização da disputa.

Todo o processo em tela foi construído sob a égide das Leis Federais 8.666 e 10.520, não havendo nenhum dispositivo derivado da Nova Lei de Licitações, nº 14.133. Foi elaborada a minuta do edital na modalidade Pregão, bem como minuta do respectivo contrato, para atendimento das necessidades do(s) setor(es) interessado(s), cujos dois termos são submetidos à apreciação jurídica.

## **2. Da análise da escolha da modalidade:**

Consoante documentos acostados aos autos até este momento, ainda que de forma sucinta, embasam estes os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório, em linhas gerais. Quanto à adoção da modalidade Pregão para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar algumas considerações. A Lei nº 10.520/02, que disciplina esta modalidade, dispõe em seu art. 1º, parágrafo único:

Art. 1º - Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pela leitura supra, o objeto do processo em análise pode ser classificado como "comum", assim já entendido pela Sra Pregoeira. Verifica-se que, mesmo sendo objeto com várias peculiaridades de execução, sua descrição foi pormenorizada no Anexo I do edital prevendo, na medida do possível imaginável, as necessidades do serviço público. A apreciação destas peculiaridades do objeto não são afeitas, *lato sensu*, à análise jurídica, visto que os procuradores não tem conhecimento técnico na área abordada tampouco detém competência legal para tal ao passo que estas peculiaridades foram abrangidas no Termo de Referência firmado pelo setor requisitante: de infraestrutura e engenharia.

Nesta esteira e observadas as ressalvas anteriores, não se verifica, a princípio, óbice que comprometa a utilização da modalidade Pregão para realizar a licitação necessária para o atendimento da pretensão da administração, salvo o aparecimento, no curso do processo, de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações que merecerão análise oportuna e em apartado, se for o caso.

Não obstante, orientamos apenas à Pregoeira e sua equipe de apoio para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, suplementarmente, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com os referidos diplomas legais, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento das propostas, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

### **2.1 Da forma do pregão**

Optou-se pela realização do pregão em tela na sua configuração "eletrônica", o que é altamente recomendável consoante a dinâmica que tem o poder público imposto as compras e contratações públicas nos últimos anos, fato que se consagrará ainda mais quando da





efetivação da Lei Federal 14133/21 (Nova Lei de Licitações), já em vigor mas com aplicação ainda limitada e em paralelo com a Lei 8.666/93.

A disputa de pregão pela forma eletrônica já foi alvo de manifestação pelo TCE PR, no âmbito do pré-julgado 27/2019, tendo sido este particular abordado, também, em seu "Manual de Licitações", editado em 2021, no questionamento 62, observemos:

O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR orienta para a utilização do pregão eletrônico?  
Deve-se utilizar a ferramenta Comprasnet do Governo Federal?

Sim. O Prejudicado nº 27/2019-TCE-PR35 orienta para a utilização do pregão eletrônico e, de forma mais ampla, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná recomenda a utilização do Comprasnet pelos municípios do Estado.

A via adotada visa sempre a ampliar a participação e angariar a proposta mais vantajosa para a administração pública, sendo esta uma prática costumeira nesta municipalidade aplicada à maioria dos processos licitatórios.

### 3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações – 8666/93. Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO)
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;





- XIV - condições de pagamento, prevendo:
- a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
  - b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
  - c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
  - d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
  - e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

De outra via o art. 55 da Lei 8.666/93 regula quais requisitos mínimos a serem previstos em contratos administrativos, quando celebrados:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.(...)

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 e 55 da Lei nº 8.666/93, ambos supracitados, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e habilitação, julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

#### 4. Conclusão

Por todo o exposto:

4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade "pregão", através da forma de disputa eletrônica, para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela anuência





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

047


para com a minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*;

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade, motivação e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minuta de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares, 25 de maio de 2022.

  
Rogério Everaldo Schmidt  
Procurador - OAB-PR 59902  
Portaria 199/2015



PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS  
SOARES  
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO  
ADÃO REIS  
CNPJ 01614415/0001-18  
AV ARAUCÁRIA, 3120  
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP  
85557000

048

**PARECER CONTROLE INTERNO Nº 128/2022**

**FINALIDADE:** Aquisição de combustível tipo óleo Diesel S10.

**I-DOS FATOS:** Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº45/2022 Pregão Eletrônico nº 26/2022, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de Aquisição de combustível tipo óleo Diesel S10.

Em justificativa, se faz necessário a aquisição para atender a frota municipal de forma fracionada.

**II-DO CONTROLE INTERNO:** A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete". Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

**III-PRELIMINARMENTE:** Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de Aquisição de combustível tipo óleo Diesel S10.

**IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:**

- a) processo com Justificativa e fundamentação.
- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;
- c) termo de referência;
- d) 03 proposta de Preço;
- e) Parecer Contábil;
- f) parecer Jurídico;

**V - DA FUNDAMENTAÇÃO:** Considerando a necessidade da contratação e baseada na LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.





PREFEITURA DE  
CORONEL DOMINGOS  
SOARES  
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO  
ADÃO REIS  
CNPJ 01614415/0001-18  
AV ARAUCÁRIA, 3120  
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP  
85557000

049

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, diante da apresentação com clareza dos documentos relacionado ao objeto e justificativa plausível, considero regular a Aquisição de combustível tipo óleo Diesel S10.

Desta feita, retomem-se os autos ao departamento de administração, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 25 de maio de 2022.

Dirlei de Lima  
Controle Interno

Dirlei de Lima  
Controle Interno  
Portaria nº 224/2019

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES**

### **Extrato de Edital de Licitação – Pregão 36/2022–Eletrônico**

Objeto: Aquisição de combustível tipo Diesel S10. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 08:00 do dia 13/06/2022. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 do dia 13/06/2022. LOCAL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, "Acesso Identificado no link-licitações". Acesso a íntegra do edital também pelo site <http://www.pmcós.pr.gov.br/>. Rafaela Schreiner–Pregoeira.

427/2022



Pregão Eletrônico 36/2022

## PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 76.578.202/0001-87 Fornecedor: SAFRA DIESEL LTDA

Endereço: ROD. ACESSO A SC 480 941 E - QUEDAS DO PALMITAL - Chapecó/SC - CEP 89815-280

Inscrição Estadual: 250.952.459

Representante: RENI PERZZOLO

Endereço representante: RUA LAURO MULLER 435 D - CENTRO - Chapecó/SC - CEP 89802-520

E-mail representante: compras@safradiesel.com.br

Banco:

Agência: 3069 - Palmital - Chapecó/SC

Conta: 1903341-1

Data de abertura:

RG: 5.581.909

Telefone representante: 49 2049 6000

E-mail: compras@safradiesel.com.br

Telefone: 49 2046 6002

Celular: 49 9 9989 0201

Telefone contador: 49 3319 7600

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	ÓLEO DIESEL TIPO S10	250.000,0	LITR	7,05	Vibra	óleo diesel s 10	6,36	1.590.000,00
PREÇO TOTAL DO LOTE:								1.590.000,00
TOTAL DA PROPOSTA:								1.590.000,00

Validade da proposta: 60 dias

Prazo de entrega: 12 meses

SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ: 76.578.202/0001-87RENI PERZZOLO  
CPF: 5.581.909-91  
SAFRA DIESEL LTDA

051

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 19 DA SOCIEDADE SAFRA DIESEL LTDA**  
CNPJ nº 76.578.202/0001-87

**RENI PERIZZOLO**, brasileiro, nascido em 09/07/1949, natural do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Lauro Muller, nº 435-D, Apto 601, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, (CEP 89.802-520), portador do CPF nº 097.840.980-91 e Carteira de Identidade nº 5.581.909 expedida em 10/07/2015 pela SSP/SC.

**RAFAELLA PERIZZOLO**, brasileira, nascida em 17/01/1995, natural do município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, nº 435-D, Apto 601, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina (CEP 89.802-520), portadora do CPF nº 088.059.019-03 e Carteira de Identidade nº 4.598.565 expedida em 17/11/2009 pela SSP/SC.

Sócios da sociedade empresária denominada "SAFRA DIESEL LTDA", pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Na Rodovia SC-480, Chapecó/Goio-En. nº 941-E, Bairro Quedas do Palmital, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina (CEP 89.801-970), registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42200586062 em 31/01/1983, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 76.578.202/0001-87, Inscrição Estadual nº 25.095.245-9, e Inscrição Municipal nº 26.330; e ainda a FILIAL Nº 04, estabelecida no Distrito 10 de Novembro, s/nº, área rural, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina (CEP 89.580-000), registrada na M.M Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42900652939 em 20/07/2004, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 76.578.202/0005-00, vem por meio deste instrumento alterar o Contrato Social primitivo e posteriores alterações, e o fazem segundo as cláusulas e condições a seguir enumeradas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA CRIAÇÃO DE FILIAL:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA CRIAÇÃO DE FILIAL**  
Através desta alteração contratual, a sociedade resolve abrir uma Filial, denominada **FILIAL nº 05**, que se localizará na Rua Manoel Trajano da Silva, nº 228, no Distrito Industrial, no Município de Coxilha, Estado do Rio Grande do Sul (CEP 99.145-000), com capital social destacado no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA FILIAL:**

A Filial ora constituída atuará nos seguintes ramos de atividade:

- A-) transportador, revendedor, retalhista de óleo diesel, óleo combustível, querosene e óleo lubrificantes (4681-8/02);
- B-) transporte rodoviário de cargas de óleo diesel e combustível (4930-2/03);
- C-) comércio atacadista de máquinas, equipamentos, peças e acessórios para posto de combustível (4665-6/00);
- D-) comércio atacadista de chás alimentícios (4639-7/01);
- E-) comércio atacadista de aditivos, desengraxantes, fluidos para freio, graxa, óleo de tempera e óleos para engrenagens (4681-8/05);
- F-) comércio atacadista de pilhas (4689-3/99);
- G-) fabricação de clips, grampos e colchetes (3299-0/99);

Req: 81900001608478

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 12/12/2019  
Certifico e Registro em 12/12/2019  
Arquivamento 2019058356 Protocolo 195058356 de 11/12/2019 NIRE 42200586062  
Nome da empresa SAFRA DIESEL LTDA  
Este documento pode ser verificado em <http://reg.jccesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>  
Chancela 599986798086902  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral.

12/12/2019





**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 19 DA SOCIEDADE SAFRA DIESEL LTDA**  
**CNPJ nº 76.578.202/0001-87**

- H-) comercio atacadista de álcool em gel, álcool etílico, emulsão asfáltica e cap.-20 (4684-2/99);
- I-) comercio varejista de artigos para escritório (4761-0/03);
- J-) comercio atacadista de pneus e câmaras para veículos (4530-7/02);
- K-) comercio varejista de arames (4744-0/01);
- L-) comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (4647-8/01).

**CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO DO FORO.**

O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece sendo na cidade de CHAPECO-SC.

**CLÁUSULA QUARTA:** As disposições das cláusulas do contrato social de constituição e posteriores alterações, ficam consolidadas pelo presente instrumento, conforme determina o Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406 de 10/01/2002) passando as cláusulas ter a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade girará sob a denominação social "SAFRA DIESEL LTDA", e tem sua sede e foro na Rodovia SC-480, Chapecó/Goio-em, nº 941-E, Bairro Quedas do Palmital, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina (CEP 89.801-970), inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.578.202/0001-87, e NIRE nº 42200586062.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade mantém a Filial nº 04, situada no Distrito 10 de Novembro, Area Rural, S/Nº, no município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina (CEP 89.580-000), registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42900652939 em 20/07/2004, e devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 76.578.202/0005-00.

**Parágrafo Segundo:** A sociedade mantém a Filial nº 05, situada na Rua Manoel Trajano da Silva, nº 228, no Distrito Industrial, no Município de Coxilha, Estado do Rio Grande do Sul (CEP 99.145-000).

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A sociedade tem por objeto social tanto na matriz como nas Filiais, a exploração do ramo de:

- A-) transportador, revendedor, retalhista de óleo diesel, óleo combustível, querosene e óleo lubrificantes (4681-8/02);
- B-) transporte rodoviário de cargas de óleo diesel e combustível (4930-2/03);
- C-) comercio atacadista de maquinas, equipamentos, pecas e acessórios para posto de combustível (4665-6/00);
- D-) comercio atacadista de chás alimentícios (4639-7/01);
- E-) comercio atacadista de aditivos, desengraxantes, fluidos para freio, graxa, óleo de tempera e óleos para engrenagens (4681-8/05);
- F-) comercio atacadista de pilhas (4689-3/99);

Req: 81900001608478

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
 Certifico o Registro em 12/12/2019  
 Arquivamento 20195058356 Protocolo 195058356 de 11/12/2019 NIRE 42200586062  
 Nome da empresa SAFRA DIESEL LTDA  
 Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>  
 Chancela 599986798086902  
 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral.

12/12/2019

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 19 DA SOCIEDADE SAFRA DIESEL LTDA**  
**CNPJ nº 76.578.202/0001-87**

- G-) fabricação de clips, grampos e colchetes (3299-0/99);  
H-) comercio atacadista de álcool em gel, álcool etílico, emulsão asfáltica e cap.-20 (4684-2/99);  
I-) comercio varejista de artigos para escritório (4761-0/03);  
J-) comercio atacadista de pneus e câmaras para veículos (4530-7/02);  
K-) comercio varejista de arames (4744-0/01);  
L-) comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria (4647-8/01).

**Parágrafo Único:** A sociedade poderá promover a importação e exportação de produtos e mercadorias ligados às suas atividades.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Março de 1983 e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

**Parágrafo Único:** A sociedade poderá abrir filiais, sucursais e agências em qualquer parte do País, participar ou receber como sócias outras pessoas jurídicas afins ou não, incorporar e fundar com outras empresas.

**CLÁUSULA QUARTA:** O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
RENI PERIZZOLO	1.485.000	R\$ 1.485.000,00	99%
RAFAELLA PERIZZOLO	15.000	R\$ 15.000,00	01%
TOTAL	1.500.000	R\$ 1.500.000,00	100%

**CLÁUSULA QUINTA: DAS QUOTAS DOS SÓCIOS.**

As quotas sociais são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento expresso do outro ou demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão ou venda das mesmas, a respectiva alteração contratual, tudo de conformidade com o que dispõem os artigos 1056 e 1057 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Parágrafo Primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme dispõe o artigo 1052 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Parágrafo Segundo:** Caso um dos sócios queira retirar-se da sociedade, a esta deverá comunicar por escrito sua decisão, a fim de que os sócios remanescentes possam no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação, exercer seu direito de preferência na aquisição das

Req: 81900001608478

Página 3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Certifico o Registro em 12/12/2019  
Arquivamento 20195058356 Protocolo 195058356 de 11/12/2019 NIRE 42200586062  
Nome da empresa SAFRA DIESEL LTDA  
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>  
Chancela 599986798086902  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

12/12/2019



055

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 19 DA SOCIEDADE SAFRA DIESEL LTDA**  
**CNPJ nº 76.578.202/0001-87**

quotas de capital do sócio retirante. O silêncio dos sócios comunicados importa em renúncia ao direito de preferência.

**CLÁUSULA SEXTA: DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE.**

A administração da sociedade caberá ao sócio **RENI PERIZZOLO**, brasileiro, nascido em 09/07/1949, natural do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Lauro Muller, nº 435-D, Apto. 601, centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina (CEP 89.802-520), portador do CPF nº 097.840.980-91 e Carteira de Identidade nº 5.581.909 expedida em 10/07/2015 pela SSP/SC, com os poderes e atribuições do cargo de **ADMINISTRADOR**, ao qual compete **ISOLADAMENTE** o uso do nome empresarial, e representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, de acordo com o inciso VI do artigo 997 e também nos termos dos artigos 1010 a 1021 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Parágrafo Primeiro:** Fica autorizado ao **ADMINISTRADOR**, promover a alienação e também onerar bens móveis e bens imóveis da sociedade, isoladamente, sem autorização expressa dos demais sócios componentes, de acordo com o que dispõem os artigos 1015 e 1064 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Parágrafo Segundo:** No caso de um dos sócios ou administrador não concordar com a operação pretendida pelo outro, ou com alguma decisão tomada pelo outro, poderá impugná-la, por escrito, e antes que seja realizada. Neste caso, a decisão pela continuidade da operação ou sua interrupção, deverá ser decidida pela maioria dos sócios componentes da sociedade, sem prejuízo e de acordo com o que dispõe e determina os artigos 1.013 e 1.080 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil).

**Parágrafo Terceiro:** Em havendo divergência entre os sócios, com relação a decisões tomadas pelo administrador, conforme acima, a divergência será dirimida entre os sócios, por maioria absoluta. Essa maioria será determinada segundo o valor das quotas de cada sócio, e serão necessários votos correspondentes a mais da metade do capital social, de acordo com o que estipula o art. 1.010 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil).

**Parágrafo Quarto:** Fica vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor dos sócios quotistas ou de terceiros.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS RETIRADAS E CAUCÕES.**

O administrador terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, dentro dos limites da legislação pertinente, ficando dispensada de prestar avais e caução a sociedade.

**CLÁUSULA OITAVA: DO EXERCÍCIO SOCIAL.**

O exercício social será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que o administrador ou administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, para a

Req: 81900001608478

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/12/2019

Arquivamento 2019058356 Protocolo 193058356 de 11/12/2019 NIRE 42200586062

Nome da empresa SAFRA DIESEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 599986798086902

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral.

12/12/2019



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 19 DA SOCIEDADE SAFRA DIESEL LTDA**  
**CNPJ nº 76.578.202/0001-87**

apuração dos lucros e perdas, créditos estes que serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas ou ainda contabilizadas em conta de reserva para futuras destinações de acordo com o artigo 1065 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Parágrafo Único:** De conformidade com o que autoriza o artigo 1.053 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil), as demonstrações contábeis serão apresentadas e publicadas de acordo comum o que exige e determina a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 10.303/2007).

**CLÁUSULA NONA:** Em caso de aumento de capital, terão preferência os quotistas para subscrição em igualdade de condições e na proporção exata das quotas que possuem integralizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Não convindo à sociedade a transferência das quotas do sócio retirante, o capital social será diminuído no valor do capital retirante, pagando a sociedade o preço estipulado na notificação em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas a partir do encerramento do exercício social em que ocorrer a notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Em caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, mas continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, se houver a concordância expressa dos sócios remanescentes, cabendo aos herdeiros ou sucessores, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data do falecimento ou interdição, manifestarem sua vontade de serem ou não integralizados na sociedade empresarial. Caso a decisão seja pela extinção da sociedade, cabe ao administrador determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ou interdição, e o valor de seus bens será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, momento em que receberão todos os seus haveres.

**Parágrafo Primeiro:** No caso de os sócios remanescentes não concordarem que os herdeiros do sócio falecido integrem a sociedade, deverão apurar os valores a que o sócio falecido teria direito, e efetuar o pagamento aos herdeiros de acordo com o parágrafo segundo.

**Parágrafo Segundo:** Apurado em balanço os haveres ao sócio falecido ou interditado, serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 90 (noventa) dias após apresentado à sociedade, mediante autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive o registro do comércio.

**Parágrafo Terceiro:** Fica facultado, mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômica financeira da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Em caso de diminuição de capital, será proporcional e igual a cada quota.

Req: 81900001608478

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/12/2019

Arquivamento 2019058356 Protocolo 193058356 de 11/12/2019 NIRE 42200586062

Nome da empresa SAFRA DIESEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 599986798086902

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

12/12/2019



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 19 DA SOCIEDADE SAFRA DIESEL LTDA**  
**CNPJ nº 76.578.202/0001-87**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS.**

Os sócios componentes da sociedade empresarial declaram, neste ato, serem responsáveis pelas obrigações sociais da sociedade empresarial, até o limite de sua participação no capital social, nos termos do que dispõe o inciso VIII do artigo 997 da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO.**

O administrador DECLARA, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, de conformidade com o que dispõe o artigo 1.011 e seus parágrafos da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO.**

Os casos omissos serão resolvidos com observância dos preceitos e disposições legais à espécie, ficando eleito desde já o foro da comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para quaisquer oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

Chapecó (SC) 09 de Dezembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**RAFAELLA PERIZZOLO**  
 Sócia

\_\_\_\_\_  
**RENI PERIZZOLO**  
 Sócio-Administrador

Req: 81900001608478

Página 6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
 Certifico o Registro em 12/12/2019  
 Arquivamento 20195058356 Protocolo 195058356 de 11/12/2019 NIRE 42200586062  
 Nome da empresa SAFRA DIESEL LTDA  
 Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucisc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>  
 Canalela 599986798086902  
 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral.

12/12/2019



**JUCESC**  
Junta Comercial do Estado de  
**SANTA CATARINA**



195058356

058

### TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	SAFRA DIESEL LTDA
PROTOCOLO	195058356 - 11/12/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

#### MATRIZ

NIRE 42200586062  
CNPJ 76.578.202/0001-87  
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/12/2019  
SOB N: 20195058356

#### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO-ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20195058356

#### FILIAIS FORA DA UF

NIRE 43920006715  
CNPJ 76.578.202/0006-91  
ENDEREÇO: RUA MANOEL TRAJANO DA SILVA, COXILHA - RS  
EVENTO 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

#### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 08805901903 - RAFAELLA PERIZZOLO

Cpf: 09784098091 - RENE PERIZZOLO



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/12/2019

Arquivamento 20195058356 Protocolo 195058356 de 11/12/2019 NIRE 42200586062

Nome da empresa SAFRA DIESEL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucsc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 599986798086902

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/12/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

12/12/2019



Art. 3º A autoridade deverá apresentar à ANP, até o dia vinte e cinco de cada mês, relatório detalhado sobre as operações de importação realizadas no mês imediatamente anterior, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico da ANP [www.gov.br/anp/pls/bc](http://www.gov.br/anp/pls/bc), contendo as seguintes informações:

Volumes diários importados, em metros cúbicos;  
Quantidades diárias de energia importadas;  
Potências caloríficas diárias do gás natural importado, e  
Preços do compra do gás natural importado calculados no âmbito de internacional do produto.

§ 1º A ANP poderá requerer (qualquer documento), reles no informações complementares que julgar necessárias.

§ 2º A ANP publicará, em seu site na internet - [www.gov.br/anp/pls/bc](http://www.gov.br/anp/pls/bc), as informações referidas neste artigo que devam ser divulgadas para conhecimento geral.

Art. 4º A autoridade deverá informar também, à ANP, a ocorrência de quaisquer alterações indicadas nos incisos a) a g), mediante encaminhamento de novo Fichas Cadastral e respectiva documentação comprobatória, respeitadas as prazos e condições estabelecidos no art. 10 da Portaria ANP nº 232, de 2012.

Dados cadastrais da autoridade;  
Mudança do endereço de entrega ou filial relacionadas com a atividade de importação de gás natural;

Inclusão ou exclusão de filiais na atividade de importação de gás natural; e  
Alterações ocorridas que comprometam as informações remissas à ANP quando do encaminhamento do requerimento inicial de autorização para importação de gás natural.

Art. 5º A autoridade deverá atender, permanentemente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 6º A autorização para o exercício da atividade de importação de gás natural será revogada entre outras hipóteses, em casos de:

Extinção judicial ou extrajudicial da sociedade empresária ou associação autorizada;

Requerimento da sociedade empresária ou associação autorizada; ou

Descumprimento da legislação aplicável.

Art. 7º O não atendimento ao disposto nesta Autorização sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 8.247, de 26 de outubro de 1999, em cuja legislação superveniente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A presente Autorização fica condicionada à manutenção das condições para o exercício da atividade de importação de gás natural na forma pessoal e apra de sua outorga, desde que comprovadas pela sociedade empresária.

Art. 9º A presente autorização terá validade de 2 (dois) anos a partir da data de publicação no Diário Oficial da União e manterá exclusivamente a importação de gás natural na forma gasosa.

Art. 10 Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGNO

#### DIRETORIA IV

#### SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

##### DESPACHO SSM-ANP Nº 704, DE 6 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE (SSM) DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS (ANP), no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265/2020, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 42, de 06 de dezembro de 2007, e considerando o que consta no processo nº 48610.205297/2021-58, resolve:

Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação marítima de perfuração West Taurus / Operador de Contrato: Shell Brasil Petróleo LTDA / Operador da Instalação: Seadrill Serviços de Petróleo LTDA / Contrato: ANP nº 48200.003552/97-11.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

#### SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

##### AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 399, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.218897/2019-92, resolve: autorizar a empresa SAFIRA DIESEL LTDA, CNPJ nº 76.578.202/0001-87, a operar a instalação de transportadora recondicionada (TRR) localizada a Acesso Rod. SC 480, nº 941 - E, Quedas do Palmar, Chaparrão/SC, CEP: 89.001-970, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): 27°05'00"S - 52°46'00"W (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento de 2 (dois) m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 635, de 15 de dezembro de 2020.

TQ	Ø	Comp. (m)	Capacidade	Classe	Tubo
DL	200	7,81	0,001	B-1	2000 x 10 mm
DL	200	5,85	0,001	B-1	2000 x 10 mm
DL	200	3,90	0,001	B-1	2000 x 10 mm

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 686, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/DF022257 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a RAMUNDO RODRIGUES CRAVEIRO - ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 10.875.722/0001-05, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209241/2019-89.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 687, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/G0222887 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a DAYANE RODRIGUES SANTOS - ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 18.510.318/0001-88, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.217511/2019-25.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 688, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/R0209549 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a PEGORARO E PEGORARO COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 13.357.471/0001-01, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209414/2019-69.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 689, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/B00261383 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a DISTRIBUIDORA DE GAS BOM GOSTO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 27.920.488/0001-97, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.210071/2019-06.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 690, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/R003296 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a NOVO RUY DO GAS COMERCIO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 11.542.698/0001-30, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209310/2019-54.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 691, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/R0203270 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a EDSON FREITAS DOS SANTOS ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 11.933.026/0001-06, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.210087/2019-96.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 692, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/R0276857 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a MAX GAS GUAPI COMERCIO DE GAS LP LTDA - ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 14.811.695/0001-04, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.207623/2019-81.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 693, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/R0243283 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a MAX GAS GUAPI COMERCIO DE GAS LP LTDA - ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 14.811.695/0001-04, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.207623/2019-81.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 694, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/G0222474 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a MASTER GAS COMERCIO E LOGISTICA LTDA - ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 14.781.450/0001-73, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.202744/2019-23.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 695, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05 de abril de 2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, § 1º, inciso III e o que consta do processo nº 48600.201769/2021-43, torna pública o cancelamento da Autorização ANP nº 411, de 26 de AGOSTO de 2020, por requerimento do agente autorizado OCEAN PORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 19.484.275/0003-23.

CEZAR CARAM ISSA

##### DESPACHO SDL-ANP Nº 696, DE 6 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/GLP/DF02081 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente a PONTE DE AGUA VIVA LTDA - ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 02.846.799/0001-05, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209183/2019-20.

CEZAR CARAM ISSA





## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 399, DE 6 DE JULHO DE 2021- DOU DE 07.07.2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.218897/2019-92,

RESOLVE: autorizar a empresa **SAFRA DIESEL LTDA**, CNPJ nº **76.578.202/0001-87**, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR), localizada a Acesso Rod. SC 480, nº 941 - E, Quedas do Palmital, Chapecó/SC, CEP: 89.801-970, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): - 27:07:0,590; - 52:36:0,490 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³. Fica revogada a Autorização SDL-ANP Nº 635, de 15 de dezembro de 2009.

TQ	Ø (m)	Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,55	7,80	40,00	II e III	Horizontal aéreo
02	2,55	7,80	40,00	II e III	Horizontal aéreo
03	2,55	7,80	40,00	II e III	Horizontal aéreo expandir tabela

CEZAR CARAM ISSA

Superintendente de Distribuição e Logística





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

061

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.578.202/0001-87 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/01/1983
NOME EMPRESARIAL SAFRA DIESEL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.81-8-02 - Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos 46.65-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral 46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 32.99-0-99 - Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente 46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD SC 480, CHAPECÓ/GOIO-EN	NÚMERO 941	COMPLEMENTO E
CEP 89.801-970	BAIRRO/DISTRITO QUEDAS DO PALMITAL	MUNICÍPIO CHAPECÓ
UF SC		ENDEREÇO ELETRÔNICO
TELEFONE (49) 3225-068		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 29/04/2022 às 10:55:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SAFRA DIESEL LTDA**  
CNPJ: **76.578.202/0001-87**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:17:39 do dia 18/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/09/2022.

Código de controle da certidão: **0143.D303.11F6.362E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ/CPF: 76.578.202/0001-87

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	220140084317282
Data de emissão:	26/05/2022 15:08:53
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	25/07/2022

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



## CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS COM EFEITOS DE NEGATIVA

NÚMERO CERTIDÃO:	DATA DA EMISSÃO:	DATA DA VALIDADE:
67045 / 2022	23/05/2022	22/06/2022

CPF / CNPJ:	NOME / RAZÃO SOCIAL:
75.578.202/0001-87	SAFRA DIESEL LTDA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 26330

## ATIVIDADE CNAE:

- 4681802 - Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)
- 4663000 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças
- 4665600 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças
- 4681805 - Comércio atacadista de lubrificantes
- 4684299 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
- 4689399 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
- 4930203 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
- 4530702 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
- 5211701 - Armazéns gerais - emissão de warrant

## ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO:

Logradouro: SC 480 (CHAPECÓ/GOIO-EN), 941E Complemento:  
Bairro: QUEDAS DO PALMITAL Apto: Bloco: CEP: 89801-970

## AVISO:

Certidão Positiva com Efeito de Negativa

## DESCRIÇÃO:

Declaramos para todos os fins e efeitos legais, que o CONTRIBUINTE acima identificado possui débitos lançados de ofício, NÃO VENCIDOS, na data em que lavramos a presente Certidão, e/ou, cujos débitos estejam com sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional.

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C2267045N9024D66

A autenticidade desta poderá ser confirmada na página da Município de Chapecó  
[www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br)



065

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 76.578.202/0001-87  
**Razão Social:** SAFRA DIESEL LTDA  
**Endereço:** ACES SC 480 941 E / QUEDAS DO PALMITAL / CHAPECO / SC / 89801-970

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 31/05/2022 a 29/06/2022 ✓

**Certificação Número:** 2022053102034234258449

Informação obtida em 06/06/2022 15:48:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: SAFRA DIESEL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Certidão nº: 14091751/2022

Expedição: 04/05/2022, às 14:41:12

Validade: 31/10/2022/- 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SAFRA DIESEL LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.578.202/0001-87, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0000213-39.2016.5.12.0049 - TRT 12ª Região \*\* (VARA DO TRABALHO DE FRAIBURGO)

0000216-91.2016.5.12.0049 - TRT 12ª Região \*\* (VARA DO TRABALHO DE FRAIBURGO)

0000650-80.2016.5.12.0049 - TRT 12ª Região \* (VARA DO TRABALHO DE FRAIBURGO)

0000249-57.2016.5.12.0057 - TRT 12ª Região \* (3ª VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ)

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 4.**

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

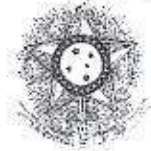
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.



**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 9593349**

**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Chapecó, com distribuição anterior à data de 05/06/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**SAFRA DIESEL LTDA, portador do CNPJ: 76.578.202/0001-87. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias. ✓

Chapecó, segunda-feira, 6 de junho de 2022.

**PEDIDO Nº:**

0012291851





**CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 1504281**

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, **NADA CONSTA** distribuído em relação a:

**NOME: SAFRA DIESEL LTDA.**

Raiz do CNPJ: 76.578.202

Certidão emitida às 15:52 de 06/06/2022.

**OBSERVAÇÕES**

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
- 3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 4) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

## BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: SAFRA DIESEL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Número da Ordem do Livro: 56

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

070

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
<b>ATIVO</b>		<b>R\$ 22.531.061,06</b>	<b>R\$ 18.839.108,42</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>R\$ 15.432.524,74</b>	<b>R\$ 10.072.556,58</b>
DISPONÍVEL		R\$ 323.182,63	R\$ 318.005,42
BENS NUMERÁRIOS		R\$ 43.249,97	R\$ 76.078,16
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA		R\$ 279.932,66	R\$ 241.927,26
DEPÓSITOS BANCÁRIOS CONTA CORRENTE		R\$ 279.932,66	R\$ 241.927,28
CREDITOS		R\$ 14.393.453,48	R\$ 8.888.677,93
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 4.936.820,57	R\$ 4.889.827,32
(-) (-) DUPLICATAS DESCONTADAS		R\$ (1.708.498,31)	R\$ (77.919,00)
OUTROS CREDITOS		R\$ 7.958.862,55	R\$ 972.628,52
CHEQUES EM COBRANÇA		R\$ 538.908,73	R\$ 348.794,00
IMPOSTOS A RECUPERAR		R\$ 1.712.604,57	R\$ 1.623.733,22
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		R\$ 954.754,37	R\$ 909.825,87
BENS DESTINADO A VENDA		R\$ 954.754,37	R\$ 909.825,87
ESTOQUES		R\$ 715.688,63	R\$ 1.087.873,23
ESTOQUES DIVERSOS		R\$ 715.688,63	R\$ 1.087.873,23
NÃO CIRCULANTE		R\$ 7.439.891,32	R\$ 9.038.286,57
NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.641.053,47	R\$ 1.280.400,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 451.053,47	R\$ 0,00
CONTAS VINCULADAS		R\$ 451.053,47	R\$ 0,00
CONTRATOS DE MÚTUO		R\$ 1.190.000,00	R\$ 1.280.400,00
DEPÓSITOS		R\$ 474.733,47	R\$ 519.187,60
DEPÓSITOS JUDICIAIS		R\$ 474.733,47	R\$ 519.187,60
INVESTIMENTOS		R\$ 26.051,19	R\$ 35.047,18
PARTIC.PERMANENTES OUTRAS SOCIEDADES		R\$ 26.051,19	R\$ 35.047,18
OUTROS INVESTIMENTOS		R\$ 2.000,00	R\$ 0,00
IMOBILIZADO		R\$ 5.285.853,19	R\$ 7.203.851,79
IMÓVEIS		R\$ 757.951,17	R\$ 1.017.951,17
BENS EM OPERAÇÃO		R\$ 12.861.974,27	R\$ 14.039.070,82
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		R\$ 127.549,00	R\$ 1.004.387,76
(-) (-) DEPRECIAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA		R\$ (8.451.821,25)	R\$ (8.857.757,96)
(-) ATIVO COMPENSATÓRIO		R\$ (340.955,00)	R\$ (271.734,73)
(-) DEMONSTRAÇÕES DIVERSAS		R\$ (340.955,00)	R\$ (271.734,73)
<b>PASSIVO</b>		<b>R\$ 22.531.061,06</b>	<b>R\$ 18.839.108,42</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>R\$ 14.160.955,76</b>	<b>R\$ 9.881.628,37</b>
OBRIGAÇÕES DIVERSAS		R\$ 14.160.955,76	R\$ 9.881.628,37
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 9.008.436,30	R\$ 1.089.240,24
FORNECEDORES		R\$ 2.282.757,11	R\$ 7.023.920,80
OBRIGAÇÕES FISCAIS		R\$ 26.006,54	R\$ 214.455,81
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R\$ 892.428,23	R\$ 41.908,20
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 127.408,37	R\$ 8.975,08
OUTRAS OBRIGAÇÕES DE FUNCIONAMENTO		R\$ 2.023.923,11	R\$ 1.499.128,46
NÃO CIRCULANTE		R\$ 3.359.248,90	R\$ 8.883.348,63
NÃO CIRCULANTE		R\$ 3.359.248,90	R\$ 8.883.348,63
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO		R\$ 73.240,44	R\$ 5.950.795,92
IMPOSTOS A RECOLHER		R\$ 827.195,74	R\$ 1.687.073,66
RECEITAS DIFERIDAS		R\$ 990.806,62	R\$ 1.245.479,05
IMPOSTOS DIFERIDOS		R\$ 1.688.006,10	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 5.314.211,40	R\$ 308.285,95
CAPITAL SOCIAL		R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
RESERVA DE LUCROS		R\$ 4.955.991,04	R\$ 0,00
RESERVAS DE LUCROS		R\$ 4.955.991,04	R\$ 0,00
(-) RESULTADO ACUMULADOS		R\$ (1.141.779,64)	R\$ (1.191.734,05)
(-) RESULTADO ACUMULADOS		R\$ (1.141.779,64)	R\$ (1.191.734,05)
(-) PASSIVO COMPENSATÓRIO		R\$ (303.355,00)	R\$ (234.134,73)
(-) DEMONSTRAÇÕES DIVERSAS		R\$ (303.355,00)	R\$ (234.134,73)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 06.5E.FE.19.88.97.87.55.9B.75.95.EF.BC.98.AC.B8.CF.DC.6A.51-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped  
Versão 9.0.1 do Visualizador

Reni Perizzolo  
SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ: 76.578.202/0001-87



# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



071

Entidade: SAFRA DIESEL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Número de Ordem do Livro: 56

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 93.173.767,00	R\$ 128.088.156,01
VENDAS DE MERCADORIAS		R\$ 93.068.837,77	R\$ 126.813.293,20
VENDAS DE PRODUTOS		R\$ 104.929,23	R\$ 1.274.862,81
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (3.571.393,03)	R\$ (5.591.580,10)
(-) VENDAS CANCELADAS		R\$ (2.580.173,64)	R\$ (3.795.854,05)
(-) Devoluções de Vendas		R\$ (2.580.173,64)	R\$ (3.795.854,05)
(-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS		R\$ (991.219,39)	R\$ (1.796.026,05)
(-) ICMS Faturado		R\$ (579.713,64)	R\$ (1.143.110,81)
(-) PIS Receita Operacional		R\$ (73.403,74)	R\$ (116.465,97)
(-) Cofins S/Faturamento		R\$ (338.102,01)	R\$ (536.449,27)
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVICOS		R\$ (84.571.563,31)	R\$ (119.668.473,31)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS REVENDIDAS		R\$ (83.924.853,44)	R\$ (119.146.071,09)
(-) CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS		R\$ (646.709,87)	R\$ (522.402,22)
(-) (-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (3.905.617,38)	R\$ (5.018.053,25)
(-) DE VENDAS		R\$ (4.422.047,22)	R\$ (7.199.779,84)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (1.458.066,63)	R\$ (1.199.413,22)
(-) COMISSOES DE VENDAS		R\$ 0,00	R\$ (247.566,16)
(-) OCUPACAO		R\$ (89.220,66)	R\$ (150.775,40)
(-) DEPRECIACOES E AMORTIZACOES		R\$ (965.188,71)	R\$ (1.373.748,31)
(-) UTILIDADES E SERVICOS		R\$ (172.989,95)	R\$ (157.756,45)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R\$ 0,00	R\$ (900,00)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (1.736.581,27)	R\$ (4.069.620,30)
(-) ADMINISTRATIVAS		R\$ (31.201,00)	R\$ (288.679,30)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (30.941,00)	R\$ (26.400,00)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (260,00)	R\$ (262.479,30)
(-) COM VEICULOS		R\$ (1.414.865,12)	R\$ (2.494.081,75)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (1.414.865,12)	R\$ (2.494.081,75)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (312.309,65)	R\$ (1.635.934,58)
(-) IMPOSTOS E TAXAS		R\$ (312.309,65)	R\$ (1.635.934,58)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 2.274.805,61	R\$ 6.600.622,22
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS		R\$ 2.274.805,61	R\$ 6.600.622,22
(+/-) RESULTADOS FINANCEIROS		R\$ (1.651.711,96)	R\$ 1.427.634,40
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 359.391,72	R\$ 3.604.537,00
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 359.391,72	R\$ 3.604.537,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (2.011.103,68)	R\$ (2.176.902,60)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (2.011.103,68)	R\$ (2.176.902,60)
(+/-) OUTROS RESULTADOS		R\$ 457.708,44	R\$ 712.661,84
OUTRAS RECEITAS		R\$ 548.000,00	R\$ 1.076.082,00
RECEITAS		R\$ 548.000,00	R\$ 1.076.082,00
(-) OUTRAS DESPESAS		R\$ (90.291,56)	R\$ (363.420,16)
(-) CUSTOS		R\$ (90.291,56)	R\$ (363.420,16)
(-) (=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ (68.810,24)	R\$ (49.954,41)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 06.5E.FE.19.88.97.87.55.9B.75.95.EF.BC.96.AC.B6.CF.DC.6A.51-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

Página 1 de 1

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - Sped

Versão: 9.0.1

## RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

## IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
42200586062	76.578.202/0001-87
NOME EMPRESARIAL	
SAFRA DIESEL LTDA	

## IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
LIVRO DIÁRIO	56
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
06.5E.FE.19.88.97.87.55.9B.75.95.EF.BC.96.AC.B6.CF.DC.6A.51	

## ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	GPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	76578202000187	SAFRA DIESEL LTDA:76578202000187	122285669634576964 793523463397290936 801	24/01/2022 a 24/01/2023	Sim
Contador	01631086928	CRISTIAN MAICOL MARCHIORI:0163108692 8	935630696083621084 422942003753057758 74	30/08/2021 a 30/08/2022	Não
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	03175756948	DANIEL SANTIN:03175756948	802279482748133207 2	25/06/2021 a 25/06/2022	-

## NÚMERO DO RECIBO:

06.5E.FE.19.88.97.87.55.9B.75.95.EF.B  
C.96.AC.B6.CF.DC.6A.51-9

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 03/05/2022 às 11:49:06

79.16.3E.59.A1.3D.1F.86  
77.35.59.94.AA.0E.7D.5F

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994.  
Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



## TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: SAFRA DIESEL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Número de Ordem do Livro: 56

## TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial SAFRA DIESEL LTDA

NIRE 42200588062

CNPJ 76.578.202/0001-87

Número de Ordem 56

Natureza do Livro LIVRO DIARIO

Município Chapecó

Data do arquivamento dos atos constitutivos 31/01/1983

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2021

Quantidade total de linhas do arquivo digital 192393

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial SAFRA DIESEL LTDA

Natureza do Livro LIVRO DIARIO

Número de ordem 56

Quantidade total de linhas do arquivo digital 192393

Data de início 01/01/2021

Data de término 31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 06.5E.FE.19.88.97.87.55.9B.75.95.EF.BC.96.AC.B6.CF.DC.6A.51-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 9.0.1 do Visualizador

SAFRA DIESEL LTDA  
Rod SC 480, Chapeco, Goio-Em  
CNPJ: 76.578.202/0001-87

**CÁLCULO E ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ**  
**BALANÇO 2021**  
**31/12/2021**

**Liquidez Imediata = Disponível / Passivo Circulante**

318.005,42 0,03  
9.881.628,37

**Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante**

10.072.556,58 1,02  
9.881.628,37

**Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) /**  
**(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)**

10.072.556,58 + 9.038.286,57 = 19.110.843,15 1,02  
9.881.628,37 + 8.883.348,83 18.764.977,20

**Solvência Geral = (Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)**

18.839.108,42 = 18.839.108,42 1,00  
9.881.628,37 + 8.883.348,83 18.764.977,20

**Grau de Endividamento = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total)**

9.881.628,37 + 8.883.348,83 = 18.764.977,20 0,99  
18.839.108,42 18.839.108,42

**Liquidez Seca = (Ativo Circulante - Estoque / Passivo Circulante)**

10.072.556,58 - 1.087.873,23 = 8.984.683,35 0,91  
9.881.628,37 9.881.628,37

CRISTIAN MAICOL  
MARCHIORI:016310  
86928

Assinado de forma digital por  
CRISTIAN MAICOL  
MARCHIORI:01631086928  
Dados: 2022.05.03 14:20:45  
+03'00'

SAFRA DIESEL  
LTDA:76578202000  
187

Assinado de forma digital por  
SAFRA DIESEL  
LTDA:76578202000187  
Dados: 2022.05.03 14:26:49 -03'00'

**CRISTIAN MAICOL MARCHIORI**  
CRC: 1-SC-025383/O-7 - Contador  
CPF: 016.310.869-28

**RENI PERIZZOLO**  
Sócio-Administrador  
CPF: 097.840.980-91

Reni Perizzolo  
SAFRA DIESEL LTDA  
CPF: 097.840.980-91





Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: SAFRA DIESEL LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200586062	76.578.202/0001-87	31/01/1983	01/03/1983
Endereço: RODOVIA SC 480 CHAPECÓ/GOIO-EN, 941E, QUEDAS DO PALMITAL, CHAPECÓ, SC - CEP: 89801970			
OBJETO SOCIAL			
TRANSPORTADOR, REVENDEDOR, RETALHISTA DE OLEO DIESEL, OLEO COMBUSTIVEL, QUEROSENE E OLEO LUBRIFICANTES, TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS DE OLEO DIESEL E COMBUSTIVEL, COMÉRCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA POSTO DE COMBUSTÍVEIS, COMÉRCIO ATACADISTA DE CHÁS ALIMENTÍCIOS, COMÉRCIO ATACADISTA DE ADITIVOS, DESENGRAXANTES, FLUIDOS PARA FREIO, GRAXA, OLEO DE TEMPERA E OLEOS PARA ENGRENAGENS, COMÉRCIO ATACADISTA DE PILHAS, FABRICAÇÃO DE CLIPS, GRAMPOS E COLCHETES, COMÉRCIO ATACADISTA DE ALCOOL EM GEL, ALCOOL ETILICO, EMULSÃO ASFALTICA E CAP-20, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO, COMÉRCIO ATACADISTA DE PNEUS E CAMARAS PARA VEICULOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARAMES, COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E PAPELARIA, BEM COMO A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADORIAS LIGADOS A SUA ATIVIDADE.			
CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO	
RS 1.500.000,00 UM MILHÃO QUINHENTOS MIL REAIS	Não	XXXXXX	
RS Capital integralizado: 1.500.000,00 UM MILHÃO QUINHENTOS MIL REAIS			
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
RAFAELLA PERIZZOLO 088.059.019-03	15.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
RENI PERIZZOLO 097.840.980-91	1.485.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	Sem Status
12/12/2019	20195058358		
Ato: 002 - ALTERAÇÃO			
Evento: 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: 42900652939	CNPJ: 76.578.202/0005-00		
Endereço: DISTRITO 10 DE NOVENBRO, SN, ÁREA RURAL, FRAIBURGO, SC - CEP: 89580000			
NIRE: 43920006715	CNPJ: 76.578.202/0006-91		
Endereço: RUA MANOEL TRAJANO DA SILVA, 228, DISTRITO INDUSTRIAL, COXILHA, RS - CEP: 99145000			

página: 1/2

225030802



CONTROLE: 15121382786589 CPF SOLICITANTE: 016.310.869-28 NIRE: 42200586062 EMITIDA: 31/05/2022 PROTOCOLO: 225030802



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: SAFRA DIESEL LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200586062	76.578.202/0001-87	31/01/1983	01/03/1983
Endereço: RODOVIA SC 480 CHAPECÓ/GOIO-EN, 941E, QUEDAS DO PALMITAL, CHAPECÓ, SC - CEP: 89801970			
Observação			

FLORIANÓPOLIS - SC, 31 de Maio de 2022

BLASCO BORGES BARCELLOS





**SAFRA DIESEL LTDA.**

ROD. ACESSO SC 480 941E CHAPECÓ - SC CEP 89.801-970  
CNPJ Nº 76.578.202/0001-87 INSCRIÇÃO ESTADUAL. 250.952.459  
FONE : (0XX49) 2049 6000 FAX (0XX49) 2049 6009

CHAPECÓ, SC 09 DE JUNHO DE 2022.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

CORONEL DOMINGOS SOARES - PR

PREZADOS SENHORES:

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2022 – PROCESSO Nº. 69/2022

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

SAFRA DIESEL LTDA., CNPJ 76.578.202/0001-87 SEDIADA NA ROD.ACESSO SC 480 Nº 941 E, CHAPECÓ - SC, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR. RENI PERIZZOLO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 5.581.909 SSP - SC E DO CPF Nº 097.840.980-91 DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, QUE ATÉ A PRESENTE DATA INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA SUA HABILITAÇÃO NO PRESENTE PROCESSO CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR OCORRÊNCIAS POSTERIORES.

SEM MAIS APRESENTAMOS NOSSAS CORDIAIS  
SAUDAÇÕES

  
SAFRA DIESEL LTDA.  
RENI PERIZZOLO  
PROPRIETÁRIO  
C.P.F. 097.840.980-91  
RG Nº 5.581.909-SSP-SC

*Reni Perizzolo*  
SAFRA DIESEL LTDA.  
CPF nº 097.840.980-91

**SAFRA DIESEL LTDA.**

ROD. ACESSO SC 480 941E CHAPECÓ - SC CEP 89.801-970  
CNPJ Nº 76.578.202/0001-87 INSCRIÇÃO ESTADUAL. 250.952.459  
FONE : (0XX49) 2049 6000 FAX (0XX49) 2049 6009

CHAPECÓ, SC 09 DE JUNHO DE 2022.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

CORONEL DOMINGOS SOARES - PR


PREZADOS SENHORES:

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2022 – PROCESSO Nº. 69/2022

**DECLARAÇÃO DE LICITANTE EMPREGADOR – PESSOA JURÍDICA**

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório Pregão Eletrônico n.º 36/2022, junto ao Município de CORONEL DOMINGOS SOARES, que a empresa SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.578.202/0001-87, não possui em seu quadro permanente de funcionários, menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).  
Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

SEM MAIS APRESENTAMOS NOSSAS CORDIAIS  
SAUDAÇÕES

  
SAFRA DIESEL LTDA.  
RENI PERIZZOLO  
PROPRIETÁRIO  
C.P.F. 097.840.980-91  
RG Nº 5.581.909-SSP-SC

*Reni Perizzolo*  
SAFRA DIESEL LTDA.  
CNPJ nº 76.578.202/0001-87



**SAFRA DIESEL LTDA.**

ROD. ACESSO SC 480 941E CHAPECÓ - SC CEP 89.801-970  
CNPJ Nº 76.578.202/0001-87 INSCRIÇÃO ESTADUAL. 250.952.459  
FONE : (0XX49) 2049 6000 FAX (0XX49) 2049 6009

CHAPECÓ, SC 09 DE JUNHO DE 2022.

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR  
PREZADOS SENHORES:

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2022 – PROCESSO Nº. 69/2022

**MODELO DECLARAÇÃO CNAE**

A EMPRESA SAFRA DIESEL LTDA., CNPJ 76.578.202/0001-87 SEDIADA NA ROD.ACESSO SC 480 Nº 941 E, CHAPECÓ - SC, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR. RENI PERIZZOLO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 5.581.909 SSP - SC E DO CPF Nº 097.840.980-91 REPRESENTANTE LEGALMENTE CONSTITUÍDO, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI QUE O CNAE QUE REPRESENTA A ATIVIDADE DE MAIOR RECEITA É COMÉRCIO ATACADISTA DE COMBUSTÍVEL REALIZADO POR TRANSPORTADOR RETALHISTA (TRR) (CÓDIGO) - 46.81-8-02 (DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE CONFORME CNAE).

POR SER VERDADE, FIRMO(AMOS) A PRESENTE.

SEM MAIS APRESENTAMOS NOSSAS CORDIAIS  
SAUDAÇÕES

SAFRA DIESEL LTDA.  
RENI PERIZZOLO  
PROPRIETÁRIO  
C.P.F. 097.840.980-91  
RG Nº 5.581.909-SSP-SC

René Perizzolo  
SAFRA DIESEL LTDA.  
CPF nº 097.840.980-91

# SAFRA DIESEL LTDA.

080

ROD. ACESSO SC 480 941E CHAPECÓ - SC CEP 89.801-970  
CNPJ Nº 76.578.202/0001-87 INSCRIÇÃO ESTADUAL. 250.952.459  
FONE : (0XX49) 2049 6000 FAX (0XX49) 2049 6009

CHAPECÓ, SC 09 DE JUNHO DE 2022.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR  
PREZADOS SENHORES:

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2022 – PROCESSO Nº. 69/2022

## DECLARAÇÃO VINCULO FUNCIONAL

A EMPRESA SAFRA DIESEL LTDA., CNPJ 76.578.202/0001-87 SEDIADA NA ROD. ACESSO SC 480 Nº 941 E, CHAPECÓ - SC, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR. RENI PERIZZOLO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 5.581.909 SSP - SC E DO CPF Nº 097.840.980-91 REPRESENTANTE LEGALMENTE CONSTITUÍDO, DECLARA, PARA OS FINS DO CONTIDO NO ARTIGO 9º, INCISO III DA LEI 8666/93, ESPECIALMENTE PARA O EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2022 -PMCDs, QUE NÃO É SERVIDOR OU DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO.

DECLARA, PARA OS FINS DO CONTIDO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, QUE A PESSOA JURÍDICA ACIMA REFERIDA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIAL, GERENTE, DIRETOR, SÓCIO, PROPRIETÁRIO, ADMINISTRADOR, CONTROLADOR OU CONSELHEIRO QUE SEJA PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES, OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA, OU SEUS CÔNJUGES E COMPANHEIROS, QUE SEJAM INTEGRANTES DO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA.

DECLARA, AINDA, PARA OS FINS DO CONTIDO NA SÚMULA 13 DO STF E ACÓRDÃO Nº 2745/2010 DO TCE-PR, QUE A PESSOA JURÍDICA ACIMA REFERIDA NÃO POSSUI EM SEUS QUADROS, GERENTE, DIRETOR, SÓCIO, PROPRIETÁRIO, ADMINISTRADOR, CONTROLADOR OU CONSELHEIRO QUE SEJA SERVIDOR PÚBLICO, CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, DO PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES E OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES.

POR SER VERDADE, FIRMO(AMOS) A PRESENTE.

SEM MAIS APRESENTAMOS NOSSAS CORDIAIS  
SAUDAÇÕES

SAFRA DIESEL LTDA.  
RENI PERIZZOLO  
PROPRIETÁRIO  
C.P.F. 097.840.980-91  
RG Nº 5.581.909-SSP-SC

Reni Perizzolo  
SAFRA DIESEL LTDA.  
CPF Nº 097.840.980-91



**SAFRA DIESEL LTDA.**

ROD. ACESSO SC 480 941E CHAPECÓ - SC CEP 89.801-970  
CNPJ Nº 76.578.202/0001-87 INSCRIÇÃO ESTADUAL. 250.952.459  
FONE : (0XX49) 2049 6000 FAX (0XX49) 2049 6009

CHAPECÓ, SC 09 DE JUNHO DE 2022.

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
CORONEL DOMINGOS SOARES - PR  
PREZADOS SENHORES:

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2022 – PROCESSO Nº. 69/2022

**DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

SAFRA DIESEL LTDA., CNPJ 76.578.202/0001-87 SEDIADA NA ROD.ACESSO SC 480 Nº 941 E, CHAPECÓ - SC, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR. RENI PERIZZOLO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 5.581.909 SSP - SC E DO CPF Nº 097.840.980-91, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI E PARA OS FINS DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2022, QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E, ENTREGA, JUNTAMENTE COM A PRESENTE, O ENVELOPE CONTENDO A INDICAÇÃO DO OBJETO E PREÇOS OFERECIDOS, ALÉM DO ENVELOPE CONTENDO AS DOCUMENTAÇÕES HABILITATÓRIAS DO REFERIDO EDITAL.

SEM MAIS APRESENTAMOS NOSSAS CORDIAIS  
SAUDAÇÕES

SAFRA DIESEL LTDA.  
RENI PERIZZOLO  
PROPRIETÁRIO  
C.P.F. 097.840.980-91  
RG Nº 5.581.909-SSP-SC

RENI PERIZZOLO  
SAFRA DIESEL LTDA.  
CNPJ 76.578.202/0001-87

Concrebal – Concreto Baldissera LTDA.

CNPJ N° 03.209.450/0002-68

Inscrição Estadual N° 254.807.844

Rod. CH 020 s/n°

Bairro: Água Amarela

CEP:89.801-970 – Chapecó - SC.

Fone (049) 3361 4100

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa Concrebal – Concreto Baldissera LTDA. inscrita no CNPJ sob nº 03.209.450/0002-68, situada Rod. CH 020 s/n°, Bairro Água Amarela, Cep: 89.801-970, Cidade de Chapecó – Estado de Santa Catarina, atesta para os devidos fins que a empresa SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.578.202/0001-87, situada ROD. SC 480 N° 941 E, BAIRRO:QUEDAS DO PALMITAL, CHAPECÓ – SC, é fornecedora do combustível automotivos Óleo Diesel S500, nas quantidades estimadas mensal de 180.000 litros, e do Óleo Diesel S10, nas quantidades estimadas mensal de 180.000 litros, especificados em plenas condições estabelecidas pelos órgãos ambientais e rodoviários, sempre demonstrado CAPACIDADE TÉCNICA no transportes e quantidades de produtos entregues a graneis Líquidos, dentro das especificações da ANP – Agência Nacional do Petróleo.

Atestamos ainda que tais compromissos assumidos pela empresa foram e estão sendo cumpridos e executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Chapecó – SC 10 de Junho de 2022.

ANDRE

BALDISSERA:94480052

968

Assinado de forma digital por  
ANDRE BALDISSERA:94480052968  
Dados: 2022.06.10 16:37:34 -03'00'

Concrebal – Concreto Baldissera LTDA.

Andre Baldissera

Proprietário



## Licitação [nº 941592] e Lote [nº 1]

Responsável

JANDIR BANDIERA

Pregoeiro

RAFAELA SCHEREINER

Apoio

JAYME LAZZARETTI

## Lista de fornecedores

	Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1	POSTO HORIZONTE III LTDA	OE*	Classificado	R\$ 5,38	13/06/2022 08:45:37:896
2	SAFRA DIESEL LTDA	OE*	Arrematante	R\$ 1.590.000,00	14/06/2022 09:04:37:923

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

\* Tipo de segmento declarado no ato de entrega da proposta. Não necessariamente reflete o tipo de segmento atualmente declarado.

Legenda dos tipos de segmentos: OE-Outras Empresas | ME-Micro Empresa | COOP-Cooperativa | ND-Não definido

## Lista de mensagens

Data e hora do registro	Participante	Mensagem
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	Começou a disputa do lote.
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	A melhor proposta foi de R\$6,89, que é o menor valor ofertado para este lote.
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	Existem entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU) de que intervalos de tempo entre lances representam mais uma solução na busca de isonomia entre licitantes.
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	Em atendimento do Acórdão do TCU nº 1216/2014 - Plenário, poderá ser demandado o preenchimento do CAPTCHA entre os lances de um mesmo fornecedor.
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	O tempo mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de 5 segundo(s), - quando este não for o melhor da sala.
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	O tempo mínimo entre fornecedores em relação ao melhor lance da sala deverá ser de 5 segundo(s).
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$0,01 - quando este não for o melhor da sala.
13/06/2022 08:33:52:454	SISTEMA	O valor mínimo entre lances do próprio fornecedor em relação ao seu último lance deverá ser de R\$0,01 - quando este não for o melhor da sala.
13/06/2022 08:35:11:250	PREGOEIRO	Bom dia. Favor efetuar seus lances em valor unitário conforme exigido no edital.
13/06/2022 08:42:13:259	SISTEMA	Atenção: encerramento iminente da fase inicial de lances.
13/06/2022 08:42:43:259	SISTEMA	O tempo normal de disputa do lote foi encerrado. Até agora, o melhor valor oferecido foi de R\$6,48.
13/06/2022 08:51:57:259	SISTEMA	Não há fornecedores em situação de empate conforme a Lei Complementar N.123 ou a Lei N.11.458/07 (Lei das Cooperativas).
13/06/2022 08:51:57:259	SISTEMA	O tempo randômico foi encerrado, sendo decorrido 09 minutos e 44 segundos nesta fase.
13/06/2022 08:51:57:259	SISTEMA	A menor proposta foi dada por SAFRA DIESEL LTDA no valor de R\$6,36.
13/06/2022 08:51:57:259	SISTEMA	A disputa do lote está aberta para considerações finais do Pregoeiro.
13/06/2022 08:52:32:252	SISTEMA	A disputa do lote foi definitivamente encerrada.
13/06/2022 08:54:23:623	PREGOEIRO	Bom dia, favor encaminhar a proposta atualizada conforme solicitado em edital, bem como a documentação de habilitação para o email licitapmcds@hotmail.com no prazo de até 1 dia útil

Mostrando de 1 até 17 de 17 registros

Legenda das cores do tipos de mensagens: recurso | chat | outras

## Lista de lances

	Data/Hora lance	Lance	Nome do fornecedor
1	10/06/2022 08:43:53:852	R\$ 1.725.000,00	SAFRA DIESEL LTDA
2	11/06/2022 11:06:24:428	R\$ 6,89	POSTO HORIZONTE III LTDA
3	13/06/2022 08:35:43:144	R\$ 6,87	SAFRA DIESEL LTDA
4	13/06/2022 08:36:02:293	R\$ 6,80	POSTO HORIZONTE III LTDA
5	13/06/2022 08:36:29:159	R\$ 6,79	SAFRA DIESEL LTDA
6	13/06/2022 08:36:47:591	R\$ 6,75	POSTO HORIZONTE III LTDA
7	13/06/2022 08:37:26:267	R\$ 6,74	SAFRA DIESEL LTDA
8	13/06/2022 08:37:42:829	R\$ 6,70	POSTO HORIZONTE III LTDA
9	13/06/2022 08:38:00:192	R\$ 6,69	SAFRA DIESEL LTDA
10	13/06/2022 08:38:12:281	R\$ 6,65	POSTO HORIZONTE III LTDA
11	13/06/2022 08:38:48:281	R\$ 6,64	SAFRA DIESEL LTDA
12	13/06/2022 08:38:58:793	R\$ 6,60	POSTO HORIZONTE III LTDA
13	13/06/2022 08:39:33:741	R\$ 6,59	SAFRA DIESEL LTDA
14	13/06/2022 08:41:02:529	R\$ 6,55	POSTO HORIZONTE III LTDA

	Data/Hora lance	Lance	Nome do fornecedor
15	13/06/2022 08:41:14:554	---	R\$ 6,54 SAFRA DIESEL LTDA
16	13/06/2022 08:41:27:442	---	R\$ 6,53 POSTO HORIZONTE III LTDA
17	13/06/2022 08:41:50:623	---	R\$ 6,52 SAFRA DIESEL LTDA
18	13/06/2022 08:42:11:514	---	R\$ 6,50 POSTO HORIZONTE III LTDA
19	13/06/2022 08:42:30:526	---	R\$ 6,49 SAFRA DIESEL LTDA
20	13/06/2022 08:42:40:787	---	R\$ 6,48 POSTO HORIZONTE III LTDA
21	13/06/2022 08:43:05:244	---	R\$ 6,47 SAFRA DIESEL LTDA
22	13/06/2022 08:43:24:977	---	R\$ 6,46 POSTO HORIZONTE III LTDA
23	13/06/2022 08:43:41:586	---	R\$ 6,45 SAFRA DIESEL LTDA
24	13/06/2022 08:43:54:310	---	R\$ 6,44 POSTO HORIZONTE III LTDA
25	13/06/2022 08:44:10:834	---	R\$ 6,43 SAFRA DIESEL LTDA
26	13/06/2022 08:44:24:134	---	R\$ 6,42 POSTO HORIZONTE III LTDA
27	13/06/2022 08:44:45:821	---	R\$ 6,41 SAFRA DIESEL LTDA
28	13/06/2022 08:44:53:623	---	R\$ 6,40 POSTO HORIZONTE III LTDA
29	13/06/2022 08:45:16:104	---	R\$ 6,39 SAFRA DIESEL LTDA
30	13/06/2022 08:45:37:896	---	R\$ 6,38 POSTO HORIZONTE III LTDA
31	13/06/2022 08:45:55:539	---	R\$ 6,37 SAFRA DIESEL LTDA
32	13/06/2022 08:47:12:324	---	R\$ 6,36 SAFRA DIESEL LTDA

Mostrando de 1 até 32 de 32 registros

Importante: a coluna "L" exibe as não conformidades detectadas em relação aos "lances registrados irregularmente" que não atenderam as regras de negócios estabelecidas para a participação da fase de disputa do lote da licitação. Quando a informação exibida for "L" o registro do lance está em conformidade.

**Histórico da análise das propostas e lances**

Data/Hora	13/06/2022 08:52:32:252 - Arrematado
Data/Hora	13/06/2022 08:53:31:952 - Declarado vencedor
Data/Hora	14/06/2022 09:04:57:848 - Adjudicado
Fornecedor	SAFRA DIESEL LTDA
Contratado	R\$ 6,36



## ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - (PR)

Licitação: (Ano: 2022/ MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES / Nº Processo: 69)

às 08:33:52 horas do dia 13/06/2022 no endereço AV ARAUCARIA-3120, bairro CENTRO, da cidade de CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). RAFAELA SCHEREINER, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: 69 - 2022/36 que tem por objeto Aquisição de combustível tipo Diesel S10.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - ÓLEO DIESEL TIPO S10

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
10/06/2022 08:43:53:852	SAFRA DIESEL LTDA	R\$ 1.725.000.00
11/06/2022 11:06:24:428	POSTO HORIZONTE III LTDA	R\$ 6.89

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - ÓLEO DIESEL TIPO S10

Data-Hora	Fornecedor	Lance
13/06/2022 08:47:12:324	SAFRA DIESEL LTDA	R\$ 6.36
13/06/2022 08:45:37:896	POSTO HORIZONTE III LTDA	R\$ 6.38

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 13/06/2022, às 08:52:32 horas, no lote (1) - ÓLEO DIESEL TIPO S10 - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: Atualização efetuada - servidor: pxi0aop00003\_multisalas-05. No dia 13/06/2022, às 08:53:31 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 13/06/2022, às 08:53:31 horas, no lote (1) - ÓLEO DIESEL TIPO S10 - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: Declarado vencedor por apresentar melhor proposta. No dia 14/06/2022, às 09:04:57 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 14/06/2022, às 09:04:57 horas, no lote (1) - ÓLEO DIESEL TIPO S10 - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: Adjudicado por cumprir com os requisitos de habilitação.

No dia 14/06/2022, às 09:04:57 horas, no lote (1) - ÓLEO DIESEL TIPO S10 - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa SAFRA DIESEL LTDA com o valor R\$ 1.590.000,00.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.



**RAFAELA SCHEREINER**

Pregoeiro da disputa



**JANDIR BANDIERA**

Autoridade Competente

**JAYME LAZZARETTI**

Membro Equipe Apoio

**Proponentes:**

16.989.531/0001-99 POSTO HORIZONTE III LTDA

76.578.202/0001-87 SAFRA DIESEL LTDA





**PARECER JURIDICO N.º 334/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 69/2022**

**PREGÃO N.º 36/2022 - ELETRÔNICO**

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta à solicitação da Sra Pregoeira de elaboração de Parecer Jurídico Final (fase externa), após a realização do certame nos processos licitatórios mencionados nas referidas solicitações, informo que não há previsão legal para a emissão de parecer jurídico na fase externa na licitação.

**Em caso de entendimento diverso, como o parecer final visa evitar responsabilidades ao Gestor posto que é solicitado antes da homologação, ele deve ser exarado pela Assessoria Jurídica de Gabinete e/ou servidor do próprio controle interno.**

Tal posicionamento, pela ausência de previsão legal, acompanha exatamente o previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Como documento vinculativo, obrigacional, e que estabelece condições a serem praticadas na futura contratação, é razoável entender que há, mesmo, necessidade de exame e aprovação por assessoria jurídica da Administração, até para evitar o cometimento de ilegalidades ou a assunção de compromissos sem respaldo na legislação em vigor.

Ocorre que, após a realização do certame, a minuta do Edital e Contratos previamente avaliados via parecer jurídico somente contemplará, via de regra, os (i) dados do licitante vencedor, (ii) a vigência dos preços e (iii) o valor dos produtos e/ou serviços a serem registrados/contratados. Nada mais. Todo o conteúdo jurídico já estaria previamente aferido pela assessoria jurídica da Administração, como manda a lei.

Nesse sentido, em tese, não haveria necessidade de retorno dos autos do procedimento licitatório para novo exame e convalidação jurídica que já teria sido quando do exame do edital, bastando o preenchimento dos dados apurados na licitação em relação ao licitante vencedor, preço e vigência para que o documento, uma vez firmado por ambas as partes – Administração e particular, passasse a produzir efeitos.

O Tribunal de Contas da União, baluarte na orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal, por meio de publicação oficial, aduz que a fase externa do certame é integrada pelos seguintes itens e procedimentos:

**FASE EXTERNA (OU EXECUTÓRIA)**

Licitação, na chamada fase externa, tem continuidade com a divulgação do ato convocatório. Estende-se à contratação do fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço.

Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, essa etapa da licitação submete-se principalmente aos seguintes procedimentos sequenciais, em que a realização de determinado ato depende da conclusão do antecedente:

- publicação do resumo do ato convocatório;
- fase impugnatória, com republicação do edital e reabertura do prazo, quando for o caso;





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

088

- recebimento dos envelopes com a documentação e as propostas;
- abertura dos envelopes com a documentação;
- verificação da habilitação ou inhabilitação dos licitantes;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- abertura dos envelopes com as propostas;
- julgamento das propostas;
- declaração do licitante vencedor;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- homologação / aprovação dos atos praticados no procedimento;
- adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- empenho da despesa;
- assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

Não há, por parte do referido Órgão de Controle externo, referência ao exame da fase externa do certame, pela assessoria jurídica/procuradoria, como condição de procedibilidade ou validade do certame realizado pelo ente licitante.

Aliás, na mesma publicação, o Tribunal de Contas da União afirma que:

Exame e aprovação da assessoria jurídica Minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Quanto a convite, é dispensável aprovação das respectivas minutas. A legislação não exige que os atos convocatórios de licitações realizadas nessa modalidade sejam examinados pelo setor jurídico.

(...)

É permitida a utilização de modelos padronizados de editais e de contratos previamente submetidos à análise da área jurídica do órgão ou entidade contratante. Nesses modelos, o gestor limita-se a preencher dados específicos da contratação, sem alterar quaisquer condições ou cláusulas anteriormente examinadas. (g.n.) BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed., rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 279.

No processo em tela, portanto, previamente examinado e aferido pela estrutura jurídica da municipalidade, é possível inferir sobre a dispensabilidade de novo exame, inclusive sobre a fase externa do certame, não exigida pela legislação em vigor.

E é o próprio Tribunal de Contas da União que assim refere:

A despeito de haver decisões do TCU que determinam a atuação da assessoria jurídica em cada procedimento licitatório, o texto legal - parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 - não é expreso quanto à essa obrigatoriedade. Assim, a utilização de minutas-padrão, guardadas as necessárias cautelas, em que, como assevera o recorrente, limita-se ao preenchimento das quantidades de bens e serviços, unidades, favorecidas, local de entrega dos bens ou prestação dos serviços, sem alterar quaisquer das cláusulas desses instrumentos previamente examinados pela assessoria jurídica, atende aos princípios da legalidade e também da eficiência e da proporcionalidade. Acórdão nº 1504/2005 - TCU - Plenário. Voto do Ministro Relator.

Diante disso, é possível concluir que não haveria necessidade de que a equipe jurídica da Administração:

- a) Se pronunciasse, ex vi legis, sobre a fase externa da licitação; e
- b) Examinasse e aprovasse, novamente, as minutas de editais, contratos e/ou atas de registro de preços já anteriormente examinadas e aferidas, cujas modificações compreendessem apenas o preenchimento de campos que só seriam passíveis de preenchimento após a realização do certame, quais sejam, os dados do licitante vencedor, os preços a serem registrados e a vigências das respectivas atas, tendo em vista não haver qualquer alteração de conteúdo obrigacional em relação aos referidos documentos.

Diante das considerações anteriores extraídas da Lei e da Jurisprudência nossa manifestação se restringe a relatar resumidamente, as ocorrências da fase externa:

1. Traz a análise certame licitatório supra mencionado que objetiva, conforme detalhado em edital e seus anexos:





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

089

Aquisição de combustível tipo óleo diesel tipo S10 para aplicação em veículos e máquinas desta municipalidade


2. Conforme determina a Lei 10.520/02, a convocação dos licitantes se deu através dos seguintes veículos e respectivas datas, além da inserção do edital na íntegra no "portal de transparência" do Município, e seu extrato no "mural de licitações" do TCE-PR:

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS

26/05/2022

- a. Foi, ainda, inserido o edital e seus anexos na íntegra no "portal de transparência" do Município em seu site, com disposição a partir da data de publicação acima, cujo certame eletrônico foi aperfeiçoado através do sistema licitações-e do Banco do Brasil.
3. A data de abertura foi estabelecida em prazos necessários com respeito os mínimos previstos em Lei, a qual foi designada para: 13/06/2022.
4. Quanto a interposição de impugnação/recursos/pedidos de esclarecimento por parte eventuais interessados em relação ao instrumento convocatório: não verificamos, anexo ao processo, a ocorrência de eventos desta natureza.
5. No dia, hora e local designados para a sessão pública apurou-se a existência de dois proponente(s), conforme consignado em ata.
6. Decorrida a etapa de lances a proponente Safra Diesel Ltda apresentou o menor valor da ordem de R\$ 6,36/litro, sagrando-se vencedor do certame.
7. Tendo sido apreciadas as propostas de valores, passou-se imediatamente para a fase de habilitação que restou superada com a habilitação do(s) vencedor(es) sem ressalvas.
8. Ultrapassada a fase de habilitação dos proponentes a Sra pregoeira adjudicou os objetos em favor do(s) licitante(s) em: 14/06/2022.
9. Deixa-se de analisar os demais documentos apresentados pela(s) empresa(s) participante(s) bem como os conteúdos e detalhamentos de proposta(s), tendo em vista ser esta obrigação do(a) Pregoeiro(a), conforme art. 4º, inciso XII e seguintes da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993.
10. Não restam, até o momento, manifestações ou razões recursais de qualquer ordem para serem analisadas.
11. Diante do exposto, após serem as laudas dos Autos numeradas e rubricadas, remeta-se o presente processo licitatório à Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua homologação, consultado o controle interno e sua assessoria jurídica, se assim entender oportuno.

Coronel Domingos Soares/PR, 14 de junho de 2022.

  
Rogério Everaldo Schmidt  
Procurador - OAB-PR 59904  
Portaria 159/2015



**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

090

**ADJUDICAÇÃO**

**Pregão 36/2022**

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 13/06/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

**- Aquisição de combustível tipo Diesel S10**

Vencedor(es):

SAFRA DIESEL LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ÓLEO DIESEL TIPO S10	Vibra	óleo diesel s 10	LITRO	250.000,00	6,36	1.590.000,00
TOTAL								1.590.000,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em transito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e conseqüente homologação, se esta assim entender conveniente.

Centro Administrativo Adão Reis, em 14/06/2022.

**RAFAELA SCHEREINER**

**094.850.889-22  
Pregoeiro**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### ADJUDICAÇÃO

Pregão 36/2022

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, no respectivo valor do lote/item, conforme descrito em ata do dia 13/06/2022, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Aquisição de combustível tipo Diesel S10

Vencedor(es):

SAFRA DIESEL LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ÓLEO DIESEL TIPO S10	Viana	Óleo diesel S10	LITRO	250.000,00	6,36	1.590.000,00
TOTAL								1.590.000,00

2. Pelo presente ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em transito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e consequente homologação, se esta assim entender conveniente. Centro Administrativo Adão Reis, em 14/06/2022.

RAFAELA SCHEREINER - 094.850.888-22 - Pregoeiro

Assinatura



**HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão 36/2022**

1. Ficam homologados os atos do sra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

**- Aquisição de combustível tipo Diesel S10.**

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em quatorze dias de junho de 2022.

**JANDIR BANDIERA**  
Prefeito



Quarta-Feira, 15 de Junho de 2022

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

### HOMOLOGAÇÃO

Pregão 36/2022

1. Ficam homologados os atos do tra. Pregoeira pertinente ao processo de licitação supra numerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Aquisição de combustível tipo Diesel S10.

2. Pelo presente ficam intimados os interessados na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em quatorze dias de junho de 2022.

JANDIR BANDIERA - Prefeito

0200391293



**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

094

**CONTRATO Nº. 73/2022**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2022

Acordam e ajustam ao firmar o presente CONTRATO, nos termos e fundamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão 36/2022 -Eletrônico, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 13/06/2022 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Prefeito Jandir Bandiera, de CPF nº 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade.

**CONTRATADA:** SAFRA DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a ROD. ACESSO A SC 480, 941 E - CEP: 89815280 - BAIRRO: QUEDAS DO PALMITAL, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob nº 76.578.202/0001-87 neste ato devidamente representada por RENI PERIZZOLO de CPF 097.840.980-91.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente contrato tem por objetivo a: Aquisição de combustível tipo Diesel S10,

**ITENS**

Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
Lote 001	1	1102	ÓLEO DIESEL TIPO S10	Vibra	LITRO	250.000,00	6,36	1.590.000,00
<b>TOTAL</b>								1.590.000,00

que a CONTRATADA se declara em condições de entrega-lo com estrita observância do indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pelo edital de Pregão Eletrônico nº. 36/2022, devidamente homologado pelo CONTRATANTE em data de 14/06/2022.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela aquisição total do BEM relacionado na Cláusula Primeira a importância de R\$ 1.590.000,00 (Um Milhão, Quinhentos e Noventa Mil Reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento será efetuado até trinta dias após emissão de notas fiscais e após a efetiva execução/entrega do objeto, desde que respeitados os prazos administrativos mediante:

3.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a municipalidade até as 16 horas do dia em que forem emitidas, podendo ser feito, de forma provisória, através do e-mail e também no [compraspmcds@gmail.com](mailto:compraspmcds@gmail.com) e posteriormente, de forma definitiva, encaminhando a original. Nenhum pagamento será efetuado antes que o documento fiscal original esteja devidamente arquivado junto ao setor contábil desta municipalidade. Apresentação de nota fiscal com discriminação resumida do objeto idêntica a descrita em edital e contrato, número da licitação, lote e outros que julgar conveniente, desde que não apresente rasura e/ou entrelinhas, sob pena de devolução do documento e por consequência o não pagamento, com o devido aceite de servidor municipal encarregado para tal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A contratada deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

095

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

O pagamento decorrente da aquisição prevista no presente contrato correrá por conta dos recursos orçamentários abaixo especificados:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2022	120	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	180	02.001.04.122.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1410	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1840	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1850	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2010	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2270	06.001.08.244.0006.2027	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2350	06.001.08.244.0006.6028	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2620	06.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2700	06.003.08.244.0006.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2715	06.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3170	07.001.12.361.0007.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3180	07.001.12.361.0007.2040	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3340	07.002.12.361.0007.2042	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3410	07.003.12.361.0007.2043	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3420	07.003.12.361.0007.2043	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3430	07.003.12.361.0007.2043	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3700	07.003.12.361.0007.2046	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3710	07.003.12.361.0007.2046	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4450	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.782.0010.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.001.26.782.0010.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4880	08.003.15.451.0010.2056	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4890	08.003.15.451.0010.2056	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4980	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4990	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5250	08.008.15.452.0010.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.008.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5270	08.008.15.452.0010.2062	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5280	08.008.15.452.0010.2062	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5710	10.001.20.606.0011.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5720	10.001.20.606.0011.2068	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5820	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5830	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6750	14.003.26.782.0014.2083	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO BEM**

A entrega do objeto contratado ocorrerá no prazo de até **05 Dias** após a emissão da requisição de compras, devidamente autorizado por pessoa responsável para tal finalidade, sendo o mesmo solicitado parceladamente durante o período de vigência do contrato.

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** O BEM deverá ser entregue na Av Araucária, sn, centro, no município de Cel. Domingos Soares– PR.





**PARAGRAFO SEGUNDO:** A contratada se obriga entregar o BEM em conformidade com a marca, preço e quantidade especificada em sua proposta, sendo que, as despesas pertinentes à entrega (frete, seguro e etc.) correrão às suas expensas.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** O BEM terá que estar acompanhado da Nota Fiscal de Venda, para conferência e encaminhamento da mesma ao Setor de Compras, para processamento do empenho respectivo.

**PARAGRAFO QUARTO:** A licitante vencedora obriga-se a fornecer o(s) bem(ns) a que se refere este Pregão em conformidade com as especificações descritas em sua Proposta de Preços, sendo que, o mesmo terá que ser novo e em perfeita condições de funcionamento, responsabilizando-se a licitante pela sua substituição, caso o mesmo não esteja em conformidade com a proposta.

**PARAGRAFO QUINTO:** Será recusado o produto considerado imprestável ou defeituoso, ou que não esteja adequado ao uso a que se destina, devendo a licitante contratada substituí-lo imediatamente, sem ônus ao Licitador.

**PARAGRAFO SEXTO:** O objeto deverá ser fornecido, sem ônus adicional para o contratante.

**PARAGRAFO SÉTIMO:** No ato de entrega, o objeto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, em conformidade com a requisição de fornecimento. A Nota fiscal deverá ser emitida da seguinte forma:

- a) Deverá ser obrigatoriamente na forma eletrônica, obedecendo à legislação pertinente;
- b) Deverá constar na Nota Fiscal Eletrônica o número do contrato e nº do Pregão Eletrônico;
- c) Deverá conter discriminação detalhada do bem a ser fornecido, permitindo a sua perfeita identificação.

**PARAGRAFO OITAVO:** Efetuada a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei 8.666/93.

**PARAGRAFO NONO:** O recebimento provisório ou definitivo do objeto da entrega não exclui a responsabilidade civil a ela relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**PARAGRAFO DÉCIMO:** Em caso de devolução do objeto por estar em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

**PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** No valor contratual estão computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre material e a venda a ser realizada, bem como custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da contratada.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do objeto da presente contrato é de 60 meses de 14/06/2022 à 13/06/2027, e execução 24 meses contados a partir do dia 14/06/2022 e termino no dia 13/06/2024, podendo o mesmo ser dilatado ou diminuído, conforme conveniência das partes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

No ato de entrega do objeto contratual, a contratada terá que apresentar o certificado de garantia do mesmo, o qual terá que ser de no mínimo 01 (um) ano para bens tidos como permanentes e de 3(três) meses para bens tidos como de consumo, salvo quando a descrição do item dispuser em edital de forma diferente.

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** A garantia ofertada deverá suportar as alterações, substituições ou reparos de todo e qualquer mecanismo que apresente anomalia, vícios ou defeito de fabricação, como falhas ou imperfeições em suas características de operação e de funcionamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DOS BENS**

O BEM ora licitado será recebido e inspecionado pela direção do departamento municipal requisitante, na pessoa do responsável, diretor do departamento, o qual acompanhará todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto licitado.

**PARAGRAFO ÚNICO:** Constatado que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas no Termo de Referência, ou ainda, que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que sane as irregularidades dentro prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo para o MUNICÍPIO.





#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

Para restaurar o equilíbrio econômico financeiro face a eventuais aumentos justificados do objeto ocorridos após a efetiva contratação o contratado deverá fazer prova e justificar seu pleito perante a administração municipal.

Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro, deverão ser encaminhados pela Contratada através de termo formal, devidamente justificado, juntamente com as comprovações fiscais, devidamente protocolado junto à Contratante, para eventual concessão do mesmo.

O prazo para a apreciação e emissão de decisão do referido pedido dar-se-á, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de protocolo.

A Contratada deverá continuar fornecendo o produto, bem como emitindo as respectivas notas fiscais com o valor atual, sem prejuízos a Contratante, sendo que qualquer alterações de valores somente poderão ser aperfeiçoadas após a data de publicação do Termo Aditivo.

Eventuais reajustes do valor do objeto somente poderão se aperfeiçoar após o decurso do período de 12 meses de contratação, passando a incidir sobre o objeto a partir do 13º mês de contratação. Quando for o caso tomar-se-á como referencia os índices oficiais do INPC, ou outro que o venha a substituir, para as devidas e necessárias correções.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONTRATO**

Fica designado para atuar como gestor do contrato, após a assinatura deste, o fiscal técnico Jorge Brescovites Sobrinho e pelo fiscal geral Glênio Jose Maito, aos quais acompanharão todas as ocorrências e adoção de providências pertinentes ao perfeito desempenho do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DA RESPONSABILIDADE**





A CONTRATADA assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A CONTRATADA manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o BEM dentro dos padrões de qualidade exigidos;
- b) Obedecer o prazo de entrega estipulado; e,
- c) Suportar as despesas provenientes de frete, seguro e outras que se fizerem necessárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- c) Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, o licitante que cometer as infrações estabelecidas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O atraso injustificado, execução parcial ou inexecução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida prévia e ampla defesa, às seguintes cominações administrativas, cumulativamente ou não, com as penalidades previstas no edital:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
  - b.1) 1% (um por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso ou execução parcial, limitado a trinta dias.
    - b.1.1) Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nas letras "b.2" e "c".
    - b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA o que caracteriza a inexecução da obrigação assumida.
  - c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Uma vez configurado o inadimplemento contratual, a multa de que trata o item anterior será deduzida do pagamento devido pela Prefeitura ao adjudicatário, independente de comunicação ou interpelação judicial ou extrajudicial.





MUNICÍPIO DE  
**CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

099

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Após a conclusão do processo administrativo, garantida ampla defesa, serão devolvidos os valores retidos na forma do item anterior corrigidos pelo índice da poupança, caso o julgamento seja favorável ao licitante.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não procedidos da competente prorrogação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/93, pelos Princípios de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos aplicando-se os preceitos legais referidos no "caput" desta Cláusula, na doutrina e jurisprudência aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Infringência de qualquer obrigação aqui ajustada, conforme estabelece o artigo 77 da Lei nº. 8.666/93; ou,
- b) Pela materialização de qualquer das causas mencionadas no art. 78 do mesmo diploma.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Palmas/PR, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os efeitos legais.

Cel. Domingos Soares-PR, em 14/06/2022

  
**DENISE BRASIL DE MELLO**  
07176604940

  
**JANDIR BANDIERA**  
38380331087

  
**FERNANDA ROBERTA DA ROSA**  
08842709980

RENI  
PERIZZOLO:0978  
4098091

Assinado de forma digital por  
RENI  
PERIZZOLO:09784098091  
Dados: 2022.06.14 11:51:25  
+03'00'

**RENI PERIZZOLO**  
09784098091

Quarta-Feira, 15 de Junho de 2022

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2022 – Data 14/06/2022

Ref. Pregão 36/2022 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo prefeito Jandir Bandiera, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cel. Domingos Soares/PR a Avenida Araucária, 2913, apto 101 de CPF nº. 383.603.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR). CONTRATADO(A): SAFRA DIESEL LTDA, Sediada na ROD. ACESSO A SC 480, 941 E-CEP: 89615280-BAIRRO: QUEDAS DO PALMITAL, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob nº 76.578.202/0001-87

OBJETO(S): Aquisição de combustível tipo Diesel S10

VALOR CONTRATUAL: R\$ 1.590.000,00 (Um Milhão, Quinhentos e Noventa Mil Reais), respeitados os valores individuais. FORMA DE PAGAMENTO: Até 30 dias após emissão de nota fiscal. Prazo de execução/entrega: 24 meses

Prazo de vigência: 60 meses. FORO: Comarca de Palmas-PR.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Exercício da despesa	Código da despesa	Funcional programática	Fuente de recurso	Menor da despesa	Grupo da fonte
2022	120	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	180	02.001.04.122.0002.2003	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1400	05.001.10.301.0005.2020	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1410	05.001.10.301.0005.2020	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1840	05.001.10.304.0005.2023	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	1850	05.001.10.304.0005.2023	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2010	05.002.10.301.0005.2024	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2270	06.001.08.244.0006.2027	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2350	06.001.08.244.0006.2028	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2620	06.003.08.244.0006.2033	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2700	06.003.08.244.0006.2035	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	2715	06.003.08.244.0006.2035	940	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3170	07.001.12.361.0007.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3180	07.001.12.361.0007.2040	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3340	07.003.12.361.0007.2042	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3410	07.003.12.361.0007.2042	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3420	07.003.12.361.0007.2043	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3430	07.003.12.361.0007.2043	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3700	07.003.12.361.0007.2045	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	3710	07.003.12.361.0007.2045	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4440	08.001.15.451.0010.2054	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4450	08.001.15.451.0010.2054	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4680	08.001.26.762.0016.1018	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.001.26.762.0016.1018	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.003.15.451.0010.2058	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.003.15.451.0010.2058	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.004.15.451.0010.2057	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	4690	08.004.15.451.0010.2057	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5250	08.005.15.452.0010.2062	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5260	08.005.15.452.0010.2062	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5270	08.008.15.452.0010.2062	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5280	08.008.15.452.0010.2062	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5710	10.001.20.605.0011.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5720	10.001.20.605.0011.2068	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5820	10.002.20.606.0011.2069	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	5830	10.002.20.606.0011.2069	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2022	6750	14.003.26.762.0014.2063	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

22/06/2022